

esquerdização nos anos 1960, processo, aliás, paralelo a tendências semelhantes verificadas em outros países. No Brasil, esse fenômeno começou no início da década e continuou nos anos seguintes, tornando-se mais agudo em meio à repressão política dos militares, que serviu de combustível para a radicalização dos jovens. O choque com a massa estudantil universitária radicalizada viria a se tornar mais intenso na segunda metade dos anos 1960, levando os chefes militares e seus aliados a adotar novas estratégias para lidar com esse “problema” que os desafiaria até o fim.

Como se viu, o regime militar se empenhou em fazer uma “limpeza” das instituições universitárias para eliminar seus inimigos, o que provocou prisões, violência, exílio, demissões de docentes e exclusão de estudantes. No entanto, os impulsos repressivos por vezes foram temperados por ações moderadoras, que, caudatárias da tradição conciliatória da cultura política brasileira, geravam estratégias de suavizar a repressão e inspiravam medidas para fomentar mecanismos de acomodação e integração de alguns agentes situados fora do círculo do poder. Nessa linha, o projeto modernizante teria também o propósito de criar meios para acomodar os descontentes, para além dos objetivos propriamente econômicos. Assim, uma das maneiras imaginadas por certas “cabeças pensantes” do novo regime para lidar com o desafio estudantil e com a indisposição de parte da intelectualidade foi o programa de modernização universitária.

## 2. A FACE MODERNIZADORA

OS RESPONSÁVEIS PELA DERRUBADA do governo João Goulart em 1964 se uniram em torno de uma pauta negativa: estavam juntos para lutar contra o que não queriam. Porém, o consenso negativo não fornecia norte seguro para estruturar políticas de governo. Como afirmou o general Carlos Meira Mattos em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), em abril de 1969, os sentimentos anticomunistas e anti-Goulart uniram os “revolucionários” na ação, mas eram insuficientes para a construção de programa de governo consistente.<sup>1</sup> Após a surpreendentemente fácil derrota de Goulart, os grupos pertencentes ao campo vitorioso enfrentaram o problema de definir os novos rumos. Havia de tudo no barco golpista, desde uma parcela com opiniões ultraconservadoras, a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), passando por autoritários de vários matizes, além de nacionalistas de direita, e também grupos liberais, os últimos, em geral, adeptos mais entusiastas da liberdade de mercado que da liberdade política.

Em meio à heterogênea base de sustentação do novo poder, um segmento minoritário aferrou-se a posições reacionárias, infenso a qualquer alteração no statu quo, enquanto lideranças importantes entenderam haver necessidade de realizar mudanças no país, inclusive algumas reformas sociais. A própria reforma agrária era aceita em alguns círculos do poder, em versão compatível com os valores liberais: uma distribuição de terras que fortalecesse o mercado interno e aumentasse o número de proprietários.

A gestão de Castello Branco ensaiou iniciativas nessa direção, como a aprovação de mudanças constitucionais para permitir a desapropriação com pagamento em títulos públicos, tema polêmico também defendido pelo próprio Goulart, que, no entanto, foi incapaz de obter apoio no Congresso para alterar a Carta Magna. Além disso, importa reafirmar, nos anos 1960, era forte e sedutor o apelo por desenvolvimento e modernização, pauta que tinha impacto internacional. Os diplomatas americanos pressionavam seus aliados brasileiros para a adoção de políticas modernizadoras, e sua influência era marcante, sobretudo porque vinha acompanhada dos recursos e financiamentos de que o novo governo necessitava desesperadamente.

O somatório desses fatores explica a incorporação da demanda de reforma universitária por agentes do novo governo. Assim como ocorreu em outras

áreas, na educação superior o regime militar se apropriou de projetos em debate nos anos anteriores a 1964 e os implantou à sua maneira.

### Modernizar, mas como?

Nos anos 1950, o país viveu uma explosão de crescimento visível na urbanização, na expansão industrial e no aumento demográfico. Nesse contexto, muitos começaram a sonhar com um país diferente, melhor, mais desenvolvido, e a percepção da existência de instituições arcaicas tornou-se mais aguda. As universidades viviam situação peculiar, pois recebiam jovens influenciados pelas novas tendências, mas eram instituições atrasadas, planejadas para outra época, quando a demanda era por pequenos magotes de bacharéis. Em tempo de desenvolvimento acelerado, começou-se a questionar por que elas não faziam pesquisa e não produziam mais mão de obra qualificada, e, da perspectiva de esquerda, por que atendiam apenas à elite.

A estrutura dos cursos superiores no Brasil começou a ser montada no século XIX, mas o formato em vigor no início dos anos 1960 vinha da reforma implantada em 1931 pelo ministro da Educação, Francisco Campos. Nos anos 1930, uma das preocupações era criar universidades, ou seja, centros de produção de saber com pretensões universalistas, interessados em abarcar todas as áreas do conhecimento. Havia no país apenas faculdades voltadas para a formação de profissionais específicos e, quase sempre, apenas nas áreas tradicionais: direito, medicina e engenharia.

A formação de universidades nos anos 1930 tinha a motivação de ampliar o escopo do ensino superior e fomentar reflexões criativas e a pesquisa científica, indo além da mera reprodução de bacharéis. Mas os resultados foram muito magros, pois as áreas tradicionais continuaram dominando, e as universidades recém-criadas não passavam de agregados dispersos de faculdades encerradas em si mesmas. As faculdades de filosofia e ciências, geralmente a opção adotada para abrigar cursos novos e laboratórios científicos, lutavam com dificuldades para afirmar-se diante das faculdades tradicionais, além de enfrentar o desafio da falta de tradição de pesquisa no país. Pelas dificuldades de criar laboratórios nas universidades, incluído aí o desinteresse de alguns de seus dirigentes, às vezes optou-se por montar institutos de pesquisa externos às faculdades, como no caso do CBPF, fundado em 1949, no Rio de Janeiro.

Um dos problemas mais sentidos e mais criticados nos debates dos anos 1960 era a estrutura básica das universidades. Elas eram organizadas em torno

dos professores catedráticos, docentes prestigiados e bem-remunerados, com total poder sobre as respectivas áreas de saber. Os catedráticos tinham a prerrogativa de selecionar pessoalmente seus assistentes, professores e pesquisadores, bem como de definir os programas de ensino. Os cargos eram vitalícios, e esse poder gerava, por vezes, práticas nepotistas, como a contratação de parentes para atuar como auxiliares de cátedra. Além disso, os catedráticos controlavam as estruturas decisórias principais, as congregações e os conselhos universitários. Não é preciso muita imaginação para perceber que esse sistema, na maioria dos casos, opunha barreiras à produção de conhecimento e à circulação de ideias. Em contraste com o imenso poder dos professores catedráticos, os outros docentes, instrutores, auxiliares e assistentes recebiam magros vencimentos e eram forçados a acumular aulas em várias instituições. Essa situação resultava em escassa produção de pesquisa e conhecimento, com professores ausentes e desmotivados.

De certo modo, a denominação “universidade” era imprópria, pois existia, na verdade, uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas. Os diretores tinham dotação orçamentária recebida diretamente do governo federal, contratavam e gastavam sem responder ao reitor. Até a seleção de novos alunos era feita de maneira descentralizada, cada faculdade com seu próprio exame vestibular. A falta de coordenação criava outro problema: era comum a existência de cátedras dedicadas à mesma área em diferentes faculdades (por exemplo, uma cátedra de biologia na Faculdade de Medicina e outra na Faculdade de Filosofia e Ciências), gerando duplicação de custos – nos termos da época, duplicação de meios para fins idênticos.

Outra questão sensível e com graves repercussões políticas era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade. Houve expansão de vagas entre os anos 1940 e 1960, mas não na mesma proporção do aumento da demanda, que acompanhava o surto industrial, a urbanização e a explosão demográfica. Como os exames de seleção de algumas faculdades aprovavam um número de candidatos superior às vagas, surgiu a figura do “excedente”, o estudante aprovado nos testes e que se achava no direito de nelas ingressar, o que serviu de combustível para inflamar os protestos estudantis.

Embora houvesse virtual consenso sobre o arcaísmo do modelo universitário em vigor, as soluções apontadas provocavam divergências entre as esquerdas e os liberais. O primeiro grupo almejava uma universidade crítica e popular, com participação política destacada dos estudantes. Nessa vertente, o arcaísmo era percebido também como problema político, pois os professores catedráticos seriam reacionários a serviço do conservadorismo. Daí a necessidade

de mudanças nas estruturas decisórias internas, com a demanda estudantil por divisão mais equânime das vagas nos órgãos dirigentes (congregações e conselhos universitários). Essa reivindicação motivou a famosa “Greve do 1/3”, em 1962, que exigia representação estudantil com base nessa proporção. Na perspectiva dos estudantes de esquerda, a universidade deveria ter estrutura mais moderna e ágil, capaz de produzir conhecimento útil ao desenvolvimento, mas deveria colocar-se também ao lado das causas sociais e servir de vanguarda às transformações socialistas.

Expressando tais sentimentos, o filósofo e professor Álvaro Vieira Pinto defendeu, em livro publicado na época, uma aliança operário-estudantil-camponesa para viabilizar a reforma. Na sua visão, a verdadeira reforma universitária seria o ingresso das classes populares nas faculdades, em detrimento das elites sociais tradicionalmente ocupantes das vagas.<sup>2</sup> Daí a sugestão de que se oferecessem cursos noturnos, ao alcance dos trabalhadores, opção até então inexistente. Além disso, os universitários politizados engajaram-se em projetos que tentavam levar o conhecimento e a cultura às classes populares, como campanhas de alfabetização e de cultura popular (a exemplo do célebre Centro Popular de Cultura da UNE). Movidos por tais convicções, e com o propósito de construir uma universidade popular e crítica, nos anos anteriores ao golpe de 1964, os líderes estudantis e a UNE organizaram vários encontros e seminários sobre a reforma universitária.

No meio docente também havia apoio às demandas reformistas, em geral entre os professores mais jovens e dinâmicos, excluídos do sistema de poder e mal remunerados, ou entre os que se dedicavam, com muitas dificuldades, à inglória atividade de pesquisa. Uma das propostas era extinguir o sistema de cátedras e implantar departamentos, como estrutura básica, ao estilo americano, na expectativa de dinamizar as atividades de docência e pesquisa. Porém, nem todos os professores favoráveis a reformas acompanhavam a pauta do movimento estudantil, considerando algumas reivindicações radicais e inapropriadas. Naturalmente, havia também muita oposição nas universidades ao apelo reformista, em geral proveniente dos catedráticos, por óbvias razões, e dos líderes das faculdades tradicionais.

No início dos anos 1960, algumas reformas começaram a ser planejadas, na maior parte por lideranças acadêmicas identificadas com o governo Goulart. O exemplo mais conhecido foi a UnB, projetada para ser ponta de lança do processo de renovação do sistema universitário. Desde 1950, na área federal, já funcionava uma instituição superior de ensino organizada em moldes modernos e voltada para a pesquisa, o ITA, ligado à Aeronáutica. O ITA não tinha

cátedras e dava muita ênfase à pesquisa, pagando bons salários e oferecendo regime de tempo integral para os docentes, algo inexistente no sistema de ensino federal (mas presente na USP desde os anos 1930). Os salários competitivos permitiram a contratação de estrangeiros, o que era indispensável, dado o objetivo de ensinar tecnologia de ponta, e para isso foi necessário driblar as normas do serviço público, que emperravam o contrato de estrangeiros e a escala salarial diferenciada. Entretanto, o ITA restringia-se a área específica, não tinha formato de universidade, tampouco a pretensão de influenciar o resto do sistema de ensino.

A UnB foi a primeira universidade planejada para funcionar como centro de pesquisa, com departamentos e institutos no lugar de cátedras e faculdades. A expressão “instituto” servia para designar unidades universitárias com vocação para a pesquisa, distinguindo-se das faculdades tradicionais. No plano original, a UnB teria oito institutos ligados às áreas científicas básicas, que seriam complementados por faculdades de formação profissional – direito, administração, educação, engenharia etc. De modo semelhante ao projeto do ITA, a UnB nasceu sem catedráticos e pagava salários mais altos que a média, oferecendo regime de tempo integral. Além da pesquisa, ela implantou de imediato cursos de pós-graduação, que deveriam funcionar simultaneamente aos recém-instalados cursos de graduação. Também na UnB se adotou pela primeira vez o sistema de créditos por disciplina, mais flexível que o formato de turmas com cursos de duração anual.<sup>3</sup>

A demanda de reforma universitária foi incorporada às reformas de base anunciadas no governo João Goulart, que mostrava, assim, afinamento com os debates dos meios acadêmicos e estudantis. Em linhas gerais, a intenção era utilizar a UnB como modelo para as mudanças das instituições mais antigas. A equipe de Goulart estava preparando medidas nessa direção. Poucas semanas antes do golpe, ele discursou sobre o tema, falando na criação de institutos de pesquisa, no estabelecimento de ciclos básicos, em acabar com a duplicação de meios para fins idênticos e em aumentar vagas para os excedentes.<sup>4</sup> Além disso, no período Goulart, houve gestões para melhorar as condições da pesquisa, com o anúncio de um plano quinquenal para o CNPq e a promessa de aumento de verbas. Mas tais intenções não chegaram a configurar uma política universitária consistente, inclusive porque o governo esvaiu suas energias nas constantes crises políticas. A realização mais concreta que o governo Goulart foi capaz de apresentar no front universitário foi o aumento de matrículas nos cursos de graduação, que passaram de aproximadamente 100 mil em 1961 para 140 mil em 1964, número bastante expressivo.<sup>5</sup>

No campo contrário às esquerdas, também eram sedutores os discursos modernizadores e a defesa de mudanças urgentes. O diagnóstico sobre o arcaísmo das universidades era semelhante, e havia alguns temas comuns, como a extinção de cátedras e o fomento a atividades de pesquisa. Porém, não havia disposição para aceitar universidades que funcionassem como celeiros do pensamento socialista e revolucionário. A visão de lideranças estudantis audaciosas interferindo no cotidiano das escolas superiores, com demandas sobre os programas de ensino, greves para obter poder semelhante ao dos professores, ou pressionando pela contratação de mestres afinados ideologicamente com a esquerda,<sup>6</sup> atemorizava os setores liberais, moderados e conservadores. À direita (incluindo os liberais), a intenção não era reformar as universidades em qualquer sentido “popular”, mas torná-las mais eficientes e produtivas, visando à formação de quadros para o desenvolvimento econômico e a administração pública. Bem ao contrário do projeto da esquerda estudantil, aqui a mudança teria o propósito de atrasar o “carro da revolução”, pois a modernização era pensada nos termos das ciências sociais norte-americanas, ou seja, no sentido de superar as carências do país a fim de podar o ímpeto revolucionário.

Entretanto, no campo dos vitoriosos de 1964, não havia consenso quanto aos rumos da política universitária, apenas a certeza de que a área era estratégica. A ideia de reforma universitária, entendida como extinção das cátedras e enfraquecimento das faculdades tradicionais, encontrava resistência nos círculos do poder, pois muitos professores da área tradicionalista apoiaram o golpe. O próprio ministro da Educação, Suplicy de Lacerda – catedrático da Faculdade de Engenharia da UFPR –, figurava entre os céticos à ideia de reforma.<sup>7</sup> Exatamente por isso, na sua gestão, que terminou em janeiro de 1966, pouco foi encaminhado na direção das reformas, sendo ele lembrado mais pelas ações repressivas.

Mas se havia opositores da reforma no círculo palaciano, mais marcantes para o governo, a médio prazo, foram os professores “revolucionários” que defenderam as mudanças. Um dos mais prestigiados deles foi Raimundo Muniz de Aragão, professor e reitor da UFRJ que ocuparia vários cargos no MEC, inclusive o de ministro interino, em 1966. Vários outros professores influentes trabalharam pela reforma, como Valnir Chagas e Newton Sucupira, do CFE; Zeferino Vaz, que embora não viesse mais a ocupar cargos federais depois de sua passagem pela UnB, foi reitor influente da Unicamp; o paraibano Lynaldo Cavalcanti, reitor da UFPB e titular de cargos no MEC e no CNPq; e Roque Spencer Maciel de Barros, na USP, para mencionar apenas alguns nomes.

As incertezas quanto à política universitária a ser implantada pelos militares decorriam também da força dos argumentos liberais entre o novo governo. E o primeiro governo militar foi, de todos eles, o mais receptivo aos valores liberais, tendo aplicado políticas inspiradas nessa vertente: contenção de gastos públicos, redução de subsídios e do crédito, reforma tributária, abertura ao capital estrangeiro, aumento da mobilidade da mão de obra (fim da estabilidade no emprego), entre outras. Como os assessores econômicos de Castello Branco estavam empenhados em reduzir gastos públicos, nada mais natural que tentassem cortar os custos das universidades. Nos meios empresariais e entre os técnicos da área econômica começaram a circular, nos meses iniciais do novo governo, propostas de cobrar mensalidades dos estudantes universitários. Enquanto alguns defendiam a cobrança universal, outros propunham que apenas os estudantes de famílias de renda mais alta deveriam pagar.

Uma fonte de pressão nesse sentido era o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), que havia sido muito influente na campanha contra Goulart e agora procurava moldar as políticas de Castello Branco. No segundo semestre de 1964, o grupo organizou seminário para discutir a situação da educação brasileira, e, nos debates do evento, predominaram os valores liberais e muitos elogios aos modelos universitários ocidentais, ou seja, norte-americanos. O seminário do Ipês criticou duramente o “populismo” vigente nas universidades no período anterior e defendeu mudanças que levassem à profissionalização, com inspiração nos países “modernos”.<sup>8</sup> Pensava-se em adotar modelo próximo às instituições americanas, que, embora vinculadas ao poder público, arrecadavam parte de seus recursos cobrando taxas dos alunos.

Graças a essas propostas, foram incluídos na Constituição de 1967, aprovada no fim do mandato de Castello Branco, dispositivos que tornassem possível a cobrança de contribuições pelas universidades públicas, e também desvinculando a União do compromisso com gastos mínimos em educação. Esse debate vinha na contramão das tradições do Estado brasileiro, que sempre financiara as universidades públicas, e causava reações contrárias dentro do próprio governo, pois embora a ideia de autonomia (pensava-se em transformar as universidades em fundações) implicada no projeto pudesse trazer mais liberdade e agilidade, por outro lado temia-se que a redução da contribuição financeira do governo não fosse compensada por outros meios. A própria corporação militar tinha sólidas ligações com a concepção de Estado interventor, provedor de recursos para desenvolver a nação, e as propostas “privatistas” não encontravam ali muitos entusiastas. Além disso, a equação tornou-se ainda mais complicada quando o repúdio à proposta de cobrança

de mensalidades virou bandeira de luta do movimento estudantil, agregando ao tema uma componente política sensível.

Os valores liberais influenciaram o debate sobre a questão universitária ainda em outro aspecto importante: fortaleceram as críticas à tradição bacharelesca de nossas universidades e, mais especificamente, ao elevado número de estudantes matriculados em cursos de humanidades, superior às vagas destinadas às áreas científica e tecnológica. Os técnicos com formação em economia, cuja opinião ganhou muito peso nos governos militares, enfatizavam a importância de inverter essa tradição e aumentar a proporção de estudantes das áreas de ciência e tecnologia, a fim de atender às necessidades da indústria, das atividades produtivas e da própria máquina do Estado. A ênfase no ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, seria acompanhada, naturalmente, da devida priorização de gastos.

No que toca à pesquisa científica, outro tema importante nos debates do início do regime militar foi a defesa de gastos orientados para o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da ciência pura, considerada por muitos um “luxo” em vista das condições do país. Esse assunto iria gerar muitas polêmicas entre as organizações científicas (principalmente a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) e os técnicos do governo nos anos seguintes. Havia funcionários da área econômica céticos quanto aos gastos com pesquisa científica, considerando mais racional manter o arranjo em vigor, no qual as empresas multinacionais traziam do exterior a tecnologia necessária para suas fábricas. O poderoso ministro do Planejamento, Roberto Campos, partilhava a opinião de que a formação de técnicos era o principal papel das universidades.<sup>9</sup>

Dadas as incertezas quanto ao futuro das universidades – que logo depois viriam a ser resolvidas pelos líderes militares, motivados pelos imperativos da “segurança nacional” –, não causa estranheza que, nos primeiros anos do novo regime, vigorasse a sensação de falta de rumo. O governo Castello Branco falava em reformas e na importância da educação superior, e o próprio plano econômico oficial, o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), apesar dos fundamentos liberais, incorporava a educação, embora com metas modestas.<sup>10</sup> Entretanto, apesar das declarações de intenção, ao mesmo tempo houve atraso no repasse de verbas às universidades, que entre 1964 e 1967 experimentaram situação de virtual penúria. Nesse momento, os gestores da economia estavam mais preocupados em cortar gastos e conter a inflação que em manter vivas as universidades. E como no governo alguns defendiam a desobrigação do Estado de investir na área, os reitores passaram por um período de desalento.

Na gestão de Castello Branco foram tomadas algumas medidas indicativas de reformas, mas nada que oferecesse certeza sobre a existência de política coerente e sólida. Em meio à falta de rumos claros, agências de importância estratégica para o setor, como a Campanha (depois Coordenação) de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o CNPq viveram momentos de insegurança quanto ao futuro. No caso da Capes, a situação foi pior; chegou-se a cogitar sua extinção, e a pouca importância do órgão aos olhos do novo governo fica evidente em um detalhe: a primeira pessoa nomeada para dirigi-lo tinha como única qualificação aparente pertencer ao círculo familiar do general Castello Branco.<sup>11</sup>

### O papel do MEC e a influência estrangeira

A falta de definições decorria da ausência de consenso nos círculos governamentais e acadêmicos, mas outro problema contribuiu para a debilidade da política universitária no primeiro governo militar – o Ministério da Educação. Vários registros da época convergem para o mesmo diagnóstico: o MEC não estava à altura do desafio de mudar a estrutura universitária. O mesmo ministério que fora ponta de lança das políticas educacionais e culturais do primeiro período Vargas, seu criador, trinta anos depois estava ultrapassado pelas demandas do novo tempo. O velho MEC perdera o viço, e seus quadros funcionais, mal remunerados e pouco capacitados, estavam aptos para tocar a máquina burocrática, mas não para coordenar projeto daquela magnitude.<sup>12</sup>

As maiores debilidades estavam na cúpula, já que os primeiros titulares do MEC depois do golpe mostraram pouca habilidade e competência para gerir área tão problemática. Dos gestores educacionais esperava-se simplesmente a realização de mudanças profundas nas universidades, em contexto de tensões e conflitos graves, opondo estudantes radicalizados a militares “linha-dura”. Não era desafio pequeno, e os ministros da Educação dos dois primeiros governos militares não se mostraram à altura.

O primeiro titular efetivo do cargo (desconsiderando as duas semanas de Gama e Silva como ministro, em abril de 1964), Flávio Suplicy de Lacerda, conseguiu se tornar consenso negativo, atraindo críticas dos estudantes, da imprensa e até dos americanos, aliados de primeira hora do governo Castello Branco. Suplicy mostrou-se muito empenhado na repressão, mas até aí sua “obra” foi precária, pois o projeto de criar entidades estudantis mais dóceis, ou “democráticas”, no jargão do governo (o DNE e os DEEs), naufragou comple-

tamente. Seu estilo rústico chocou os diplomatas americanos, que apoiavam a tentativa do governo de criar líderes estudantis “democráticos”, a ponto de financiar viagens de jovens para os Estados Unidos com este fim.<sup>13</sup> A maneira como Suplicy lidava com os líderes estudantis parecia inadequada para alguém em cargo de responsabilidade. Por exemplo, em reunião pública com estudantes fiéis ao novo regime, em novembro de 1965, ele os teria estimulado a invadir as sedes da União Estadual dos Estudantes (UEE) e centros acadêmicos controlados pela esquerda. Segundo o comentário de um diplomata, a credibilidade de Suplicy atingira nível tão baixo que nem causava mais estranheza tamanha manifestação de inabilidade. Como poderia um homem de governo responsável pelo cumprimento das leis estimular os jovens a fazer “justiça com as próprias mãos”, perguntou-se o diplomata?<sup>14</sup>

Poucas semanas depois desse episódio, Suplicy saiu do cargo, substituído em janeiro de 1966 pelo político mineiro Pedro Aleixo. O novo ministro era líder experimentado da União Democrática Nacional (UDN) e havia se filiado à recém-criada Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido instituído para apoiar o regime militar. A intenção, ao convocar o político experiente, era mobilizar sua capacidade de negociação em benefício dos espinhosos problemas do MEC. De qualquer modo, a experiência não durou muito, pois, após seis meses no cargo, Aleixo saiu para assumir a condição de vice na “candidatura” presidencial do general Costa e Silva. Os funcionários do ministério fizeram uma quadrinha jocosa em “homenagem” ao titular que saía, expressiva dos resultados alcançados na breve gestão: “Nada fiz, nada deixo. Assinado: Pedro Aleixo.” Faltando apenas seis meses para terminar o mandato de Castello Branco, o governo optou por deixar o MEC nas mãos de interinos, como Raimundo Muniz de Aragão, que já vinha ocupando funções no ministério. No curto período à frente do MEC, Aragão conseguiu agilizar o andamento de projetos importantes, como as primeiras leis relativas à reforma universitária.

No governo seguinte, Costa e Silva escolheu para ministro da Educação o gaúcho Tarso Dutra, político de carreira que não possuía ligações com a área. Quando foi convidado para o MEC, Dutra iniciava seu quinto mandato como deputado federal, inicialmente pelo PSD e depois pela Arena. Dutra também foi considerado um ministro fraco por seus contemporâneos, quanto mais porque as circunstâncias exigiam alguém de qualidades acima da média. Em sua gestão ele teve de enfrentar a rebelião estudantil, problema político de extrema gravidade, assim como as dificuldades geradas pela celeuma em torno dos acordos MEC-Usaid, que, além de provocar os estudantes, produziram críticas de outros

setores influentes também, como partes da Igreja e das Forças Armadas, gerando situação delicada com o governo dos Estados Unidos.

Por outro lado, em 1968, os debates em torno da reforma universitária assumiram ritmo acelerado, mobilizando líderes intelectuais e políticos, e o MEC foi envolvido em polêmicas que o ministro nem sempre soube digerir bem. Em comparação com o governo Castello Branco, que teve cinco ministros da Educação em três anos, a gestão de Tarso Dutra foi mais estável, pois ele permaneceu até o fim do governo Costa e Silva. Ainda assim, o papel desempenhado pelo MEC durante a tramitação do projeto de reforma universitária foi modesto, para dizer o mínimo, e os protagonistas foram outros. Uma manifestação pública da imagem ruim de Tarso Dutra apareceu em matéria veiculada pela revista *Veja*, em novembro de 1968. Ilustrada por fotos de estudantes nas ruas, com destaque para um instantâneo que mostra Dutra cercado por jovens em atitude contestadora, a reportagem classifica o ministro como inábil para a função, um político mais preocupado em atender às suas bases eleitorais que em enfrentar os graves problemas da pasta.<sup>15</sup>

A fragilidade do MEC nos anos iniciais do regime militar é inquestionável, assim como a indefinição e a falta de clareza quanto às políticas a adotar para o ensino superior. O período entre 1964 e 1967, no que toca às universidades, foi uma fase de espera e ansiedade em relação aos rumos que o regime militar iria adotar, se haveria ou não reforma, que natureza ela teria. O ano de 1968 foi o momento da decisão, quando, em meio ao aguçamento da crise política, o comando militar decidiu-se por implantar efetivamente uma reforma, levando as autoridades educacionais a reboque.

Entretanto, ainda assim, de 1965 a 1967, começaram a se realizar algumas ações apontando para a modernização (autoritária) das universidades, mesmo que de maneira descoordenada. Uma lei (n.4.759) aprovada em 1965 serve de marco simbólico da disposição dos líderes do regime militar para submeter as universidades a um controle mais estrito: a partir de então, todas elas foram obrigadas a acrescentar “Federal” no nome. A uniformização da nomenclatura desagradou a alguns membros da comunidade universitária mais ligados à tradição, porém expressava os anseios centralizadores do novo regime.

Para além das medidas simbólicas, nos primeiros anos foram tomadas também iniciativas mais efetivas, como a intensificação de contatos científicos e acadêmicos com os países centrais. No período de João Goulart, a orientação diplomática de favorecer relações com países do bloco socialista e do bloco dos “não alinhados” (a chamada Política Externa Independente) levou a acordos com a URSS para envio de estudantes brasileiros àquele país, e também a

convênios com países da África e da América Latina para receber estudantes no Brasil. O novo regime abandonou ou “congelou” a cooperação acadêmica com esses países, e os órgãos de informação encontraram aí mais um objeto de vigilância.<sup>16</sup> Naturalmente, em vista da orientação política dos golpistas, a preferência era intensificar os laços com os países “ocidentais”, em detrimento do campo socialista. Alegavam-se também maiores vantagens científicas para justificar a escolha do bloco liderado pelos Estados Unidos, mas, na época, esse argumento não era aceito por todos, dado o prestígio da URSS em algumas áreas, como a pesquisa espacial.

A nova orientação levou à criação do cargo de adido científico brasileiro junto à embaixada em Washington, para estreitar laços acadêmicos entre os dois países. A ideia deve ter sido inspirada nas práticas da diplomacia norte-americana, que já tinha um adido científico atuando no Brasil. O assunto foi decidido nos círculos governamentais no fim de 1964, mas se arrastou com lentidão burocrática devido às gestões complexas envolvendo CNPq, Itamaraty e governo. O primeiro titular da posição só chegou a Washington no início de 1966. Além de confiável politicamente, o professor Paulo de Góes, da UFRJ, era respeitado pesquisador na área da microbiologia. Antes de partir para os Estados Unidos, ele visitou instituições de pesquisa e universidades para verificar sua situação e suas necessidades.<sup>17</sup> Pela mesma época, iniciaram-se negociações com o propósito de firmar convênios técnicos e científicos envolvendo países avançados do bloco ocidental, dando origem à assinatura de acordos formais com os governos da França, em 1967, e da Alemanha, em 1969 – o qual derivou, nos anos 1970, no programa nuclear.<sup>18</sup>

No imediato pós-1964, a prioridade era estreitar relações com os Estados Unidos, que se intensificaram em todos os quadrantes, graças à excelente relação estabelecida com o governo Castello Branco. Várias iniciativas foram adotadas visando a aproveitar recursos financeiros, técnicos ou humanos provenientes daquele país em benefício dos projetos do governo militar. Na verdade, ocorreu o revigoramento de relações iniciadas nos anos 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e que desde então haviam passado por momentos de maior ou menor intensidade, com o período Goulart representando a fase mais crítica. Castello Branco presidiu o governo mais pró-americano do regime militar, e talvez de toda a história brasileira, por isso, nos meses imediatamente posteriores ao golpe, vários convênios, acordos e contratos foram estabelecidos entre os dois países. Nesse período, as atividades da embaixada americana e o pessoal a seu serviço cresceram enormemente, com presença tão maciça que começou a preocupar os representantes diplomáticos, temerosos de que tamanha visibilidade gerasse uma onda antiamericana.<sup>19</sup>

Entre as dezenas de projetos envolvendo os Estados Unidos no Brasil, maior notoriedade foi alcançada pelos acordos entre o MEC e a Usaid, agência americana para o “desenvolvimento internacional”, ou seja, para financiar projetos em países e áreas estratégicas, na visão dos Estados Unidos. A Usaid e os órgãos que a antecederam vinham atuando na educação brasileira desde os anos 1950, mas, após a vitória do golpe, suas operações aumentaram em larga escala. Daí a assinatura dos acordos MEC-Usaid, em meados de 1965, implicando programa abrangente e ambicioso para modernizar o sistema de ensino brasileiro, incluindo as universidades. Os acordos previam tradução e publicação de livros, reestruturação de programas de ensino, planejamento da reforma da educação superior e também auxílio para mudanças nos níveis elementares de educação. Os resultados da iniciativa seriam marcantes tanto pelos desdobramentos efetivos na vida universitária quanto, e talvez ainda mais, pela celeuma pública e os protestos nacionalistas que os acordos inspiraram. Dada a complexidade do tema e a disponibilidade de documentação inédita obtida em arquivos americanos, o Capítulo 3 irá se dedicar exclusivamente aos acordos MEC-Usaid.

Nessa fase inicial da ditadura, quando havia sofreguidão em utilizar os modelos ocidentais para alcançar a desejada modernização das instituições, o MEC contratou como consultor Rudolph Atcon, personagem que ficou quase tão célebre quanto a Usaid nas denúncias anti-imperialistas. Há controvérsias sobre a existência de ligações entre Atcon e a Usaid, mas isso não parece ter relevância, já que as propostas dele eram basicamente inspiradas no modelo universitário americano.<sup>18</sup> Rudolph Atcon, de origem grega, mas naturalizado americano, tornou-se especialista em planejamento e gestão universitária nos anos 1950, com atuação sobretudo na América Latina. Ele já havia colaborado com Anísio Teixeira em anos anteriores, na fase de implantação da Capes,<sup>20</sup> mas foi em 1965 que se tornou conhecido, ao ser contratado pelo MEC para fazer diagnósticos sobre as universidades brasileiras. Após visitar doze instituições de ensino superior em diferentes regiões do país, Atcon elaborou um relatório com uma série de propostas de reformulação do sistema universitário, texto publicado pelo MEC em 1966.<sup>21</sup> As sugestões seguiam a mesma linha que os consultores da Usaid iriam propor: centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em campi universitários, entre outras medidas.

As propostas de Atcon e dos outros consultores seriam analisadas e em parte aproveitadas nos anos seguintes. Uma das sugestões foi criar um órgão que aproximasse as diferentes universidades, a fim de que trocassem experiências

e aprendizado mútuo visando à modernização. Materialização dessa ideia, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) foi estabelecido em 1966. Em reconhecimento ao trabalho de Atcon, mas decerto querendo aproveitar sua experiência, ele foi contratado como secretário do Crub e permaneceu na função até 1968, saindo provavelmente em função da onda nacionalista e anti-imperialista. Formalmente, o Crub era entidade autônoma, porém, como dependia de verbas do governo brasileiro e da Usaid, os limites de sua liberdade estavam bem-definidos.

O Crub teria importante papel na reforma universitária, tanto como mecanismo para convencimento dos reitores recalcitrantes quanto como gerenciador de projetos visando à modernização da administração universitária.<sup>22</sup> Um dos acordos mais bem-sucedidos do “pacote” MEC-Usaid foi aquele gerido pelo Crub. Esse convênio consistiu, principalmente, em treinar as universidades brasileiras para adotar o sistema de créditos e matrículas por disciplinas, planejar e gerir orçamentos e planejar a implantação dos campi. O pessoal técnico foi treinado nos Estados Unidos (sobretudo na Universidade de Houston) e no Brasil, e alguns professores fizeram cursos de pós-graduação em conexão com o projeto. Uma das principais preocupações do Crub foi criar mecanismos para o bom funcionamento das novas instâncias de poder e gestão nas universidades reformadas, principalmente conselhos, assessorias e serviços coordenados pelas reitorias. Tendo seu poder e suas atribuições ampliadas, segundo o novo modelo, a administração central das universidades precisava se preparar para estar à altura das tarefas modernizadoras.

### Primeiras medidas rumo à reforma

Na mesma época em que começava a funcionar o Crub, o governo federal editou os primeiros textos legais com fundamentos da futura reforma universitária, o Decreto-Lei n.53 (18 de novembro de 1966) e sua complementação, o Decreto-Lei n.252 (28 de fevereiro de 1967). Já se mencionou que havia resistência a mudanças em setores universitários e no próprio MEC, sobretudo na gestão de Suplicy de Lacerda, mas que também havia forças favoráveis em atuação. Significativamente, esses decretos foram editados pelo MEC depois da demissão de Suplicy, no momento em que era ministro interino o professor Raimundo Muniz de Aragão, um dos líderes do grupo pró-reformas. Vale chamar atenção para o fato de serem decretos, ou seja, medidas elaboradas por funcionários do Estado, sem debate na sociedade ou no Congresso.

O Decreto n.53 estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, resolvendo divergências existentes sobre a melhor forma de articular as duas atividades. Algumas lideranças defendiam a separação das duas, o que já havia em esboço, pois as instituições federais de ensino tinham professores e pesquisadores com carreiras distintas, e havia propostas para retirar a pesquisa das universidades e concentrá-la em entidades específicas para esse fim. Com o decreto, ficava definido que caberia às universidades dedicar-se às duas atividades simultaneamente.

Outro ponto importante era a consagração do princípio de vedar “a duplicação de meios para fins idênticos”, o que implicava uma reorganização das cátedras entre as diferentes unidades universitárias, que poderiam ser institutos, escolas ou faculdades (posteriormente, algumas instituições optaram por chamar suas unidades de “centro”). O texto deixava implícita a intenção de redefinir as antigas faculdades de filosofia e ciências com a criação de novas unidades, de preferência institutos, destinados às ciências naturais (física, biologia, química etc.), até então abrigadas na filosofia. As universidades teriam 180 dias para se reestruturar, fazendo as adaptações necessárias, e o artigo n.10 trazia uma advertência: o governo privilegiaria na distribuição orçamentária as instituições que se adaptassem melhor ao espírito da lei.

Mas o enxuto texto do Decreto n.53 não parecia suficiente para definir todas as mudanças necessárias. Por isso, três meses depois, saiu o Decreto n.252. Ele mencionava o anterior e estabelecia que o prazo de 180 dias para as providências começava a valer a partir daquele momento, fevereiro de 1967. A principal e decisiva novidade do decreto era a definição dos departamentos como subunidades básicas das universidades, a sua menor fração. Aos departamentos caberia a elaboração dos planos de trabalho, com a atribuição de encargos de ensino e pesquisa aos docentes. Refletindo as ambiguidades da época, o decreto continuava a considerar o catedrático um dos cargos docentes – ou seja, faltou coragem para extinguir o cargo, por medo das reações contrárias. Mas, como a lei atribuiu aos departamentos as antigas funções e prerrogativas dos catedráticos, a extinção da cátedra estava nas entrelinhas, faltando apenas explicitá-la. O Decreto n.252 completou o novo desenho institucional das universidades, ao estabelecer as funções de colegiados de curso, responsáveis pela gestão das atividades de ensino, com a participação de representantes indicados pelos departamentos envolvidos nas atividades do respectivo curso. Previa-se também a realização de atividades de extensão no âmbito das universidades, como forma de fazer chegar à comunidade os resultados dos projetos de ensino e pesquisa.

Com a edição dos Decretos n.53 e n.252, o desenho básico da futura reforma universitária estava pronto, faltando apenas alguns ajustes e detalhes. Mais importante ainda, faltavam disposição política de implantar o novo formato e os recursos necessários, pois a intenção de que as universidades viessem a combinar ensino e pesquisa implicava gastos vultosos, assim como a reestruturação da carreira docente e o pagamento de bons salários. A receptividade em relação aos princípios da reforma variou, a depender da instituição, com clivagens internas a cada uma delas. No caso da UnB, não havia necessidade de adaptações, pois seu formato original já previa departamentos como fração básica e institutos integrando pesquisa e ensino, e não havia professores catedráticos. Na verdade, o que reformadores ligados ao regime militar, como Muniz de Aragão, desejavam era adaptar a fórmula da UnB às suas necessidades, o que significava, principalmente, evitar a presença da esquerda. Porém, como a UnB havia se tornado anátema para os militares, qualquer menção a ela como fonte de inspiração das mudanças poderia gerar constrangimentos.

Outras universidades já realizavam estudos para a reforma antes dos Decretos n.53 e n.252, sob o impacto da formação da UnB e dos debates do início dos anos 1960. Na UFMG, por exemplo, o reitor, Aluísio Pimenta, foi eleito com a promessa de fazer reformas, e ainda em 1964 tomaram-se medidas para iniciar seu planejamento e adotaram-se ações visando a fortalecer as instituições centrais. Antes da edição do Decreto Federal n.53, no fim de 1966, a UFMG já criara seu Conselho de Pesquisa e um Centro de Coordenação dos Institutos Centrais para organizar a reestruturação das unidades.<sup>23</sup> Na Universidade do Brasil (UFRJ), as discussões para a reforma começaram em 1963, quando o Conselho Universitário recebeu propostas de mudança inspiradas na UnB. No entanto, os debates ficaram paralisados durante alguns anos, sobretudo em função da resistência de setores refratários às transformações, e só seriam retomados em 1966, a partir das iniciativas legislativas encabeçadas por Raimundo Muniz de Aragão. O mesmo Aragão assumiu a reitoria da UFRJ em 1967. Nesse cargo, começou a dinamizar a reforma da instituição, principalmente a criação dos primeiros institutos centrais. Embora não vinculada ao governo federal, a USP decidiu criar comissões para estudo da reforma, em novembro de 1966, por ato do Conselho Universitário. Os desdobramentos desses debates foram cercados de polêmicas, como se verá.

Assim, por volta de 1966 e 1967, algumas instituições já estavam engajadas no planejamento da reforma. Entretanto, a fonte de recursos para viabilizar tamanha mudança no perfil das universidades brasileiras seguia uma incógnita, o que dava razão para o ceticismo de muitos dos envolvidos no processo. Afinal, os argumentos liberais eram influentes entre setores do governo e geravam

resistências contra o aumento de gastos na educação superior, bem como planos de transformar as universidades em fundações com autonomia para captar seus próprios recursos. Na época, a principal fonte de recursos privados vislumbrada era a cobrança de mensalidades, mas as resistências políticas contra a medida tornavam-na uma opção difícil. Assim, enquanto as decisões não eram tomadas, seguia a indefinição.

Não obstante a prioridade do governo, entre 1964 e 1967, fosse reduzir gastos, ainda assim as demandas de modernizar atividades de ensino e pesquisa resultaram em alguns novos investimentos. Um dos mais significativos foi a expansão das bolsas de pesquisa das agências federais, tendência que acompanhou o aumento de cursos de pós-graduação. Segundo registros do CNPq, em 1963 a agência financiou 553 bolsas no país, número que ascendeu a 777 em 1965 e a 1.309 em 1967. As bolsas de pós-graduação no exterior financiadas pelo órgão também se expandiram no período, embora em ritmo mais modesto.<sup>24</sup> Tendência semelhante ocorreu na Capes, cujas bolsas saltaram de 334 em 1964 para 1.493 em 1966.

Mas a melhor notícia para a pesquisa científica nos primeiros anos do regime militar foi a criação, em maio de 1964, do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec). Vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Funtec foi iniciativa de José Pelúcio Ferreira, técnico de carreira do serviço público federal que construiu ótima reputação entre os pesquisadores brasileiros.<sup>25</sup> Embora fiel ao regime militar, Pelúcio Ferreira tinha laços de afinidade com personalidades perseguidas pelo novo poder, como Celso Furtado, cujas inclinações desenvolvimentistas ele partilhava. A intenção inicial do Funtec era ampliar a formação de técnicos de nível pós-graduado, sobretudo engenheiros, visando a disponibilizar mão de obra de ponta para os projetos de desenvolvimento. A primeira beneficiária do Funtec nos meios acadêmicos foi a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), instituição vinculada à UB e criada poucos meses após o golpe. A base inicial da Coppe foi um curso de mestrado em engenharia química organizado em 1963, um dos primeiros do Brasil. O principal líder da Coppe, professor Alberto Coimbra, fez reuniões com Pelúcio Ferreira para discutir as bases do Funtec e oferecer sugestões de como organizar o fundo.<sup>26</sup> Os recursos concedidos pelo Funtec foram utilizados para completar os salários dos docentes brasileiros – uma vez que em 1964 não havia regime de dedicação integral (ou exclusiva) nas universidades federais –, comprar equipamentos e suprimentos e financiar bolsas. Logo o Funtec apoiaria outros grupos de pesquisa e pós-graduação, ampliando seu raio de ação. O Funtec seria transformado, em 1969,

no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), permanecendo sob o controle e a gestão do BNDE.

Paralelamente às atividades do Funtec, em março de 1965 foi criado outro fundo, também no BNDE, o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FFEPP), destinado a fornecer recursos para elaboração de projetos de desenvolvimento econômico. Esse fundo era gerido no âmbito do Ministério do Planejamento e contava com verbas de origens diversas, e não apenas do BNDE. Em julho de 1967, o FFEPP foi absorvido pela recém-criada Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entidade vinculada ao Ministério do Planejamento e que representava a disposição do novo governo (Costa e Silva) de acelerar o desenvolvimento. O Funtec continuou no BNDE, mas, em 1971, pouco após sua transformação em FNDCT, os recursos do fundo passaram a ser controlados também pela Finep, que assim se tornou gestora de vultosas somas. Assim, a partir de 1971, os caminhos paralelos do Funtec e do FFEPP finalmente se encontraram na Finep, que, aliás, começou a ser dirigida por José Pelúcio Ferreira, no mesmo ano.<sup>27</sup>

A Finep e os fundos por ela controlados financiaram vários programas de pesquisa e pós-graduação ao longo dos anos 1960-70, com repercussões significativas nas universidades e no sistema produtivo. Na UFRJ, outros núcleos além da Coppe vieram a receber recursos da Finep, assim como outras universidades, a exemplo da USP e da UFMG. A agência de financiamentos federal atendia também aos institutos de pesquisa não vinculados às universidades, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), e institutos de pesquisa ligados aos militares, que nos anos 1970 criaram indústrias para produzir equipamentos bélicos. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1970, a Finep começou a financiar projetos na área de ciências sociais, para isso “driblando” a vigilância e os vetos da “comunidade de informações”.<sup>28</sup>

O impacto do aumento de verbas para pesquisa e pós-graduação só depois seria sentido pelos seus contemporâneos, em especial no início dos anos 1970. No entanto, com o benefício do olhar retrospectivo, é possível perceber que, em 1967 e 1968, surgiu nova orientação entre os líderes políticos e econômicos, com aumento de investimentos que viabilizaram a reforma universitária. A ascensão de Costa e Silva à Presidência da República implicou certo distanciamento das políticas econômicas liberais e recessivas do governo Castello Branco, criticadas em influentes círculos militares e empresariais. Costa e Silva colocou no Ministério da Fazenda o jovem Antonio Delfim Netto, professor de economia da USP e entusiasta da intervenção militar, mas defensor de política mais agressiva para a retomada do crescimento. A preocupação com a

inflação prosseguia, e, na verdade, a nova ênfase no crescimento econômico só foi possível pelo arranjo nas contas públicas realizado no governo anterior. Porém, Delfim Netto e sua equipe trataram de encontrar meios de combinar controle de preços e aceleração do crescimento. Nesse contexto, ocorreu paulatinamente a retomada discreta de certas premissas do desenvolvimentismo, sobretudo a perspectiva de que o Estado e suas agências deveriam ter papel importante no fomento das atividades econômicas, bem como no estímulo às empresas nacionais.

Indício significativo da nova situação foi a edição do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), em julho de 1967. O texto do PED apontava mudanças de prioridade em relação às políticas do governo Castello Branco. A estabilização da economia perdeu o lugar de meta central, substituída pela retomada do crescimento, objetivo máximo do PED. Enquanto o governo anterior tinha expectativas positivas quanto ao mercado externo, de onde esperava créditos, estímulos e tecnologia (tal como era formulado no Paeg), os novos gestores da economia preferiam apostar no mercado interno. Os investimentos e empregos gerados estimulariam a atividade econômica (assim se esperava), produzindo a expansão da economia pelo aumento da demanda interna. De acordo com o PED, a educação superior e a pesquisa científica teriam papel estratégico no desenvolvimento, por isso receberiam recursos públicos e privados.

O PED, porém, apontava as precariedades do sistema universitário em vigor, incapaz de atender às demandas de desenvolvimento. Entendia-se que as universidades eram antiquadas e obsoletas, sem condições de formar a mão de obra necessária e de atender à procura dos jovens por vagas. Urgia, portanto, promover uma reforma universitária que, entre outras coisas, melhorasse as condições de trabalho de professores e pesquisadores, e aumentasse a oferta de cursos de pós-graduação. No texto do PED, ficava subentendido que a reforma universitária e os investimentos em ciência e tecnologia (C&T) eram condições para reverter a evasão de “cérebros”, ou seja, a emigração de professores e pesquisadores qualificados em direção aos países mais ricos. Os formuladores apenas se esqueceram de mencionar que parte do impulso de evasão tinha natureza política, para fugir às perseguições e pressões exercidas pelas forças de repressão.<sup>29</sup> Além de estancar a emigração de pesquisadores, os autores do plano defendiam a necessidade de trazê-los de volta ao país.

Com a edição do PED, em 1967, pela primeira vez o país foi dotado de um esboço de política científica, o que atendia à antiga demanda dos cientistas.<sup>30</sup> A partir do PED, outras iniciativas foram implantadas, em geral com a participação dos militares, convencidos de que tais questões interessavam de perto

à segurança nacional. No mesmo ano de 1967, foram submetidos ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) estudos que previam aumento de verbas e de atribuições do CNPq, com a perspectiva de estabelecer um plano quinquenal para a área, o que foi aprovado pelos militares, vigorando no período 1968-72.<sup>31</sup> Embora algumas metas do PED não tenham saído do papel, no governo Costa e Silva houve aumento significativo dos gastos públicos, em particular para capacitação e pós-graduação. Esse era o anúncio de nova disposição política em relação à pesquisa científica e às instituições universitárias, o que implicaria novos investimentos nos anos seguintes.

Com base nas diretrizes gerais do PED, foi estabelecido um plano mais específico em 1968, o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDCT), continuado/substituído nos anos 1970 pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) e suas seguídas versões. Os PBDCTs estavam conectados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970 (PND I, II e III), quando a opção pelo desenvolvimentismo autoritário atingiu o auge, graças também aos abundantes recursos disponibilizados pelo “milagre econômico”. Com o passar do tempo e dos sucessivos planos, beneficiadas pela conjuntura econômica favorável, as metas foram se tornando mais ambiciosas e alcançaram áreas fora do universo dos planejadores dos anos 1960, como os projetos nucleares e espaciais da década de 1970.

O desenvolvimentismo autoritário dos militares almejava a redução da dependência externa no que tocava à tecnologia e o fortalecimento de empresas brasileiras, privadas ou públicas. Mas é importante ressaltar que ele guardava distância do nacionalismo de esquerda do período pré-64. Os intentos nacionalistas que influenciaram os governos militares a partir de 1967 não fecharam caminho às multinacionais nem impediram o dinamismo das empresas estrangeiras. Eles apenas buscaram corrigir o que consideravam a excessiva influência externa favorecida por Castello Branco, além de preservar o controle nacional sobre certas áreas estratégicas. A série de planos de desenvolvimento que surgiram na esteira do PED, principalmente o PND I e o PND II, incluíam as universidades em suas diretrizes, prevendo maiores gastos e investimentos no ensino superior. Entretanto, em contrapartida, esperavam maior integração com o sistema produtivo e a expansão no ritmo de formação de mão de obra (aí incluída a pós-graduação).<sup>32</sup>

A preocupação manifestada no PED com a evasão de professores e pesquisadores para o exterior refletia debates preexistentes. A percepção da gravidade do problema levou as lideranças acadêmicas e próceres do governo Costa e Silva a elaborar estratégias para trazê-los de volta ao Brasil. Tais iniciativas, anuncia-

das em 1967, foram batizadas de “Operação Retorno”, e estavam concatenadas aos planos de desenvolvimento. Na verdade, antes do golpe, a emigração de intelectuais e pesquisadores já vinha sendo abordada nos meios científicos brasileiros, que denunciavam os prejuízos para o país. No entanto, o tema tornou-se mais candente após a intervenção militar, que agregou à evasão por razões profissionais a emigração política.

A SBPC se destacou na denúncia do chamado *brain drain*, ao utilizar suas publicações e congressos a fim de chamar atenção para o problema. Na reunião anual de 1965, a sociedade organizou uma mesa-redonda para debater o assunto, com a presença do presidente do CNPq, Antonio Moreira Couceiro. Os representantes da SBPC tendiam a ver na origem da emigração o problema dos baixos salários e da falta de estímulo para a carreira, enquanto Couceiro, falando a linguagem do governo, argumentava que a razão principal era o interesse de trabalhar em instituições mais prestigiadas e mais bem equipadas. No final dos trabalhos, os participantes do encontro aprovaram moção dirigida às autoridades públicas, um apelo por esforços mais sérios no sentido de atrair de volta os emigrados. É significativo o fato de que a moção da SBPC não mencionava o fator político como motivo para a emigração, fosse porque não desejasse provocar reação negativa no governo, fosse porque o tema dividia os membros da entidade.<sup>33</sup>

A questão acabou por despertar o interesse da imprensa, que, ao longo de 1967, dedicou alguns artigos ao assunto, tentando estabelecer o tamanho do “êxodo” (dezenas ou centenas?) e entender a motivação dos emigrantes. Os jornais simpáticos ao governo tendiam a minimizar a magnitude do prejuízo, enquanto a SBPC respondia que a perda de “cérebros” era grave e comprometia o futuro do país. Em 1968, mais audaciosa que nos anos anteriores, a entidade dos cientistas enviou memorial ao governo demandando o arquivamento de processos de investigação de natureza política, deixando subentendido que a medida facilitaria o sucesso da Operação Retorno.<sup>34</sup>

Nesse contexto de denúncias sobre a evasão de pesquisadores, coincidindo com o início do planejamento desenvolvimentista do regime militar, setores do governo e da administração universitária tomaram iniciativas para trazer de volta alguns emigrados. Deve-se mencionar ainda, para compreender a motivação do governo, que a gestão Costa e Silva tentou abrir canais de interlocução com vários setores da sociedade. Durante a “campanha eleitoral” e nos primeiros meses da sua gestão, em 1967, o segundo governo militar procurou desanuviar o ambiente político com promessas de diálogo e maior tolerância, muito embora, contraditoriamente, entre seus apoiadores de primeira hora estivessem alguns líderes da direita militar. A preocupação era recuperar a po-

pularidade da “Revolução” após o desgaste sofrido no período Castelo Branco. O diálogo com os pesquisadores e os esforços para trazer de volta alguns emigrados faziam sentido em vista da estratégia política e publicitária de Costa e Silva. Além disso, claro, esses “recursos humanos” seriam muito úteis aos projetos de desenvolvimento em gestação.

Uma das primeiras iniciativas do governo para organizar o retorno foi um encontro reunindo o ministro das Relações Exteriores e membros destacados da comunidade científica. Em junho de 1967, quarenta professores e pesquisadores foram chamados para debater a situação do “êxodo” com o ministro Magalhães Pinto, e, nessa oportunidade, deram sugestões ao governo. Também foram enviados questionários a professores e cientistas brasileiros radicados nos Estados Unidos, e realizou-se uma reunião na embaixada em Washington, contando com a presença de alguns pesquisadores radicados naquele país. Para estimular o retorno dos emigrados, o governo estabeleceu medidas aduaneiras isentando-os do pagamento de impostos sobre bens trazidos do exterior, desde que se comprometessem a permanecer no país pelo menos por cinco anos.<sup>35</sup> Não há muitas informações disponíveis sobre os resultados da Operação Retorno, cujos objetivos, em parte, eram publicitários.<sup>36</sup> Além de políticos como Magalhães Pinto, vários acadêmicos com trânsito no governo e posições de comando em universidades fizeram gestões para atrair os emigrados, procurando fortalecer os quadros de suas instituições. No Rio de Janeiro, por exemplo, se destacaram os professores Muniz de Aragão e Paulo de Góes, ambos influentes nos círculos governamentais.

Caso interessante de “retornado” nesse contexto foi o do físico José Leite Lopes, embora sua volta tenha sido anterior ao início efetivo da Operação Retorno. Leite Lopes integrava o rol de suspeitos do aparato repressivo por suas ideias nacionalistas de esquerda. Por isso, incomodado com o clima de perseguições e insegurança instalado após 1964, ele aceitou convite para trabalhar na França. No primeiro semestre de 1967, resolveu voltar ao país, em parte sensibilizado por manifesto de estudantes solicitando seu retorno, em parte com a esperança de que a situação política melhorasse com o novo governo e a nova Constituição. Ele reassumiu seus cargos no CBPF e na UFRJ, e logo em seguida aceitou convite do reitor Muniz de Aragão para organizar e dirigir o Instituto de Física (IF). O instituto seria uma das novas unidades da UFRJ resultantes da reforma universitária, criado a partir do antigo curso de física da FNF, e deveria funcionar no campus da ilha do Fundão. As condições eram precárias, pela inexistência de instalações próprias. No entanto, Leite Lopes acreditou no empenho de Aragão para criar uma universidade moderna e aceitou o cargo

de diretor. Suas primeiras medidas foram arranjar sala e carro para o diretor e transporte coletivo para os professores chegarem ao Fundão, local então precariamente ligado a outras áreas do Rio de Janeiro.<sup>37</sup>

Outros professores e pesquisadores viveram experiência semelhante à de Leite Lopes, voltando do exterior para trabalhar no Brasil, no contexto de 1967 e 1968. Deixaram seus empregos ou bolsas e retornaram por saudades de casa, ou por esperança no futuro, resolvendo apostar a sorte nas promessas de que as coisas iriam melhorar com a mudança de governo. Para São Paulo voltou em 1968 o professor Fernando Henrique Cardoso, após longa temporada trabalhando no Chile e na França. Dois dos professores demitidos da USP em 1964 também resolveram regressar em 1968, Luiz Hildebrando e Erney Plessmann. Ambos aceitaram convite do diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, José Moura Gonçalves, para trabalhar naquela unidade da USP. Luiz Hildebrando deixou um emprego em Paris, no prestigiado Instituto Pasteur, e Plessmann voltou da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, onde começou a trabalhar em 1965, após sua demissão na USP.<sup>38</sup>

Porém, o AI-5 e a onda de aposentadorias compulsórias de 1969 desfizeram o trabalho dos que se empenharam pelo retorno dos emigrados, mais uma mostra das divergências internas nos círculos do poder. Negociações complicadas e promessas generosas para convencer os emigrados foram rompidas de uma só “penada”, gerando novas mágoas e ressentimentos. Professores e intelectuais ligados ao governo sentiram-se traídos, vendo que seus esforços para fortalecer as instituições acadêmicas nada valiam aos olhos da extrema direita militar. Alguns dos professores retornados conseguiram ficar no país, mas Leite Lopes, Luiz Hildebrando e Sylvio de Vasconcelos, entre outros, refizeram o caminho do aeroporto e do exílio, que dessa vez seria mais duradouro.

Na década de 1970, houve casos esporádicos de retorno ao Brasil, como o do físico e químico José Israel Vargas, em 1972, que não desejava que sua família criasse raízes no exterior e preferiu voltar, e o do físico Herch Moysés Nussenzweig, que regressou em 1975.<sup>39</sup> Mas, depois de 1969, a Operação Retorno perdeu impulso, e muitos dos punidos pelo AI-5 só voltariam após a Anistia de 1979.

## O Projeto Rondon

O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um

projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas. Uma das atividades enfatizadas pelo projeto era a realização de práticas assistenciais voltadas para as populações carentes, e com isso muitas pessoas viram pela primeira vez um médico ou um dentista. Apesar das prioridades políticas, com o passar do tempo algumas atividades iniciadas pela Operação Rondon deixaram frutos duradouros, como a interiorização das atividades universitárias por meio de campi avançados.

Desde os primeiros meses no poder, os militares demonstraram preocupação com o problema estudantil, pois tratava-se de grupo particularmente receptivo às ideias esquerdistas e radicais. As políticas desenhadas para enfrentar o desafio estudantil variaram entre a pura repressão e tentativas de cooptação ou acomodação. Pelo menos desde 1965, membros da inteligência militar vinham sugerindo medidas para integrar os jovens aos valores do novo regime, de modo a disputar com as organizações de esquerda a simpatia dos estudantes. De acordo com essa opinião, não era inteligente insistir apenas nas práticas repressivas. Para reduzir o potencial de recrutamento de quadros de esquerda entre os jovens, era útil criar mecanismos de integração e participação, dando oportunidade aos estudantes de canalizar sua energia em projetos consentâneos com os valores do regime. Participando das atividades do Rondon, os estudantes entrariam em contato com os militares e, assim se esperava, aprenderiam a reconhecer no Exército uma instituição dedicada aos problemas do país.

Antes da Operação Rondon houve iniciativas semelhantes, que decerto a inspiraram. Uma delas foi o programa *Corpos da Paz* (*Peace Corps*), criado pelo governo Kennedy em 1961. A filosofia da organização era recrutar estudantes norte-americanos para atuar em atividades assistenciais nas regiões pobres do mundo, no espírito da Aliança para o Progresso. Aquela era uma forma de atrair a juventude americana para projetos de interesse do governo, com a vantagem adicional de divulgar imagem positiva dos Estados Unidos em áreas carentes e propícias ao proselitismo de esquerda. Os integrantes dos *Corpos da Paz* ensinavam noções de higiene, técnicas de cultivo e trabalharam até na alfabetização. No Brasil, os primeiros grupos chegaram em 1962.<sup>40</sup>

Outro projeto americano com filosofia semelhante foi o *Rural Industrial Technical Assistance* (Rita), idealizado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, Los Angeles (Ucla). Contando com apoio da Usaid,

Asimow estabeleceu seu projeto no Nordeste brasileiro (principalmente no Cariri cearense) a partir de 1962, experiência depois levada para outros países latino-americanos. A ideia era fomentar atividades econômicas entre as populações carentes, ensinando técnicas de trabalho mais produtivas e estimulando a abertura de pequenas empresas. Participaram do projeto professores e estudantes americanos, que vinham para cá em suas férias de verão, e alguns brasileiros também.<sup>41</sup>

Inspirando-se nos resultados do projeto de Asimow, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) criou, em 1966, o Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (Crutac), que recrutava estudantes da UFRN, em Natal, para desempenhar ações assistenciais nas áreas carentes do interior potiguar. De início, a ação extensionista restringia-se à saúde, mas, na medida do sucesso do projeto, outros campos foram contemplados, ampliando-se o raio de ação.<sup>42</sup> Anos depois, o Ministério da Educação começou a apoiar o Crutac, oferecendo verbas para que fossem implantadas iniciativas semelhantes em outros estados nordestinos. Alguns funcionários do MEC desenvolveram antipatia pelo Projeto Rondon, preferindo o modelo do Crutac, que era gerido pelas universidades, enquanto o Rondon estava sob controle dos militares. Os funcionários do MEC achavam que esses programas deveriam ser conduzidos pelas próprias instituições sediadas nas regiões “atrasadas”, não deveriam funcionar como pacotes vindos do Sul e do Sudeste.<sup>43</sup> O Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes) foi outra iniciativa semelhante, com a mesma filosofia de mobilizar estudantes universitários para participação em projetos sociais. A peculiaridade desse caso é que se tratava de entidade privada, fundada no Rio de Janeiro, em 1966, e não de iniciativa do Estado ou das universidades. Porém, o Mudes firmou parceria com o governo e participou da organização da Operação Rondon em algumas áreas, em particular na região amazônica.<sup>44</sup>

A diferença da Operação Rondon em relação aos projetos anteriores é que ela foi criada sob a tutela militar – embora isso fosse escamoteado – e tinha objetivos políticos como motivação principal. Além disso, alcançou uma repercussão muito mais ampla que seus congêneres, graças aos investimentos federais, ao apoio das universidades e de empresas privadas. A hegemonia militar sobre o projeto aparece até no nome, uma homenagem ao marechal do Exército Cândido Mariano Rondon, figura mítica nas Forças Armadas pelo trabalho de instalação de linhas telegráficas e exploração do Centro-Oeste brasileiro, no início do século XX. Homenageá-lo na Operação Rondon era uma forma simbólica de reatar laços com a experiência importante do Exército

na defesa das fronteiras nacionais. No final dos anos 1960, os militares viam-se ainda defendendo os limites territoriais, só que agora se tratava também de fronteiras ideológicas. Levar estudantes dos grandes centros urbanos para os rincões afastados do interior, nas proximidades das fronteiras oeste e norte do país, era parte da estratégia de defender o país do perigo revolucionário. Interessa perceber outro aspecto da ligação simbólica com a figura de Rondon: o militar, que tinha ascendentes familiares indígenas, ficou célebre pela maneira suave de lidar com os povos autóctones, evitando a violência e preferindo o contato amistoso, usando estratégias de “sedução” para integrá-los ao domínio do Estado brasileiro. A filosofia da Operação Rondon estava próxima disso, pois se tratava de seduzir os jovens e integrá-los à nova ordem política, para evitar a via única da repressão.

A ideia de lançar o Projeto Rondon surgiu de um seminário que reuniu militares e professores na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). O Seminário de Educação e Segurança Nacional aconteceu no fim de 1966 e contou com a parceria da Universidade do Estado da Guanabara (UEG, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj). A ideia era pensar formas de aproximar as instituições militares dos temas educacionais e, principalmente, elaborar estratégias para lidar com os estudantes. Desde 1965 o movimento estudantil havia voltado às ruas. Contudo, durante 1966, o ativismo aumentara e prometia se intensificar no ano seguinte. Os militares tinham parceiros importantes na UEG, por isso a escolha dessa instituição como correalizadora do evento, já que não seria inteligente fazer um encontro puramente castrense quando o objetivo era aproximar-se dos meios acadêmicos. Estiveram presentes ao seminário professores de outras instituições e militares de vários órgãos, resultando em debates sobre vários temas. Analisando as conclusões, Luiz Antonio Cunha apontou que muitas críticas foram feitas à política educacional do governo e às universidades, com reclamações sobre a lentidão do processo de reforma universitária e a falta de recursos. A participação americana em projetos educacionais foi igualmente censurada, demonstrando de que o nacionalismo militar também fora afetado pelos acordos com a Usaid.

Os desdobramentos mais efetivos desse encontro foram sugestões visando a melhorar a formação da “consciência nacional” dos estudantes. Isso poderia ser obtido por meio do ensino regular – a criação posterior da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) teve aí uma das fontes de inspiração – ou de atividades extracurriculares. O perfil do futuro Projeto Rondon estava contido na seguinte recomendação aprovada no seminário:

Que seja promovida, sistemática e periodicamente, a visita de equipes de universitários brasileiros aos mais distantes pontos do território nacional – aqueles em que a missão pioneira das Forças Armadas é de alto significado – através de convênios entre as universidades e os ministérios militares e civis.<sup>45</sup>

Mostrando-se efetivamente afinada com os militares, a mesma UEG<sup>46</sup> saiu na frente e liderou o primeiro projeto, que os diplomatas americanos chamaram de Operação Rondônia, em referência ao território escolhido para a missão. Como se vê, o nome não estava devidamente fixado no primeiro momento, e de início usou-se tanto a fórmula Operação Rondon quanto Projeto Rondon, que posteriormente se tornou a designação oficial. O grupo, composto de 29 estudantes (na maioria de medicina ou engenharia) e de dois professores da UEG (Wilson Choeri, secretário-geral da universidade, e Onir Fontoura), partiu em julho de 1967, a bordo de avião do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOS), cedido pelo Ministério do Interior. O convênio inicial envolvia a UEG, o Ministério do Interior e o 5º Batalhão de Engenharia do Exército. A participação do Ministério do Interior não era obra do acaso, a pasta era ocupada pelo general Afonso de Albuquerque Lima, influente entre a média oficialidade, camada em que se encontravam os mais ardorosos “revolucionários”. A ideia era permanecer trinta dias em Rondônia, mas foi preciso voltar antes, porque parte do grupo contraiu malária.<sup>47</sup>

Ao retornar da atividade-piloto, os estudantes fizeram o relato da experiência em encontro na Eceme, e, como os resultados foram considerados satisfatórios, decidiu-se dar continuidade ao projeto. Para janeiro de 1968 ficou marcada a Operação Rondon II, que iria incluir estudantes de outros estados e ampliar a área de atuação. A meta passou a ser trezentos estudantes, dez vezes mais que na primeira edição. O interesse despertado entre os jovens deixou os coordenadores do projeto muito satisfeitos: em dezembro de 1967, 20 mil estudantes se inscreveram para o Rondon II. O impacto público do projeto foi grande e imediato, alcançando rápida repercussão na imprensa, que, ao longo dos anos, dedicou-lhe inúmeras reportagens.

A estratégia publicitária dos coordenadores contribuiu para o sucesso, principalmente com o lema “Integrar para não entregar”, que, estampado nas camisas dos participantes e em outros materiais de divulgação, parece ter captado a imaginação nacionalista de muitas pessoas. Tratava-se de lema sagaz, pois, ao mesmo tempo que era fiel ao pensamento militar, poderia ser lido como manifestação próxima da sensibilidade anti-imperialista da esquerda. Não obstante, a publicidade era discreta, já que os responsáveis queriam evitar a imagem de

projeto oficial do governo, para não alienar a participação dos estudantes. Pela mesma razão, nas entrevistas e manifestações públicas ao longo dos anos, os chefes do Projeto Rondon, em trajes civis, sempre insistiam que a ideia nascera nas universidades.

Os objetivos propalados pelos organizadores do Rondon eram atender as populações carentes e levar os jovens a conhecer de perto os problemas das fronteiras e das áreas carentes do interior do país. Eles negavam peremptoriamente qualquer intenção política. Em entrevista à revista *Veja*, o primeiro coordenador-geral do Projeto Rondon, tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, que no futuro seria secretário-geral do MEC e depois secretário de Educação do Rio Grande do Sul, reafirmava que a ideia partira das universidades para o governo. A fim de reforçar o argumento, ele ressaltava que no início a proposta encontrara resistência no próprio governo, pois alguns temiam piorar a radicalização dos estudantes ao levá-los para as áreas pobres. Também negou que tivessem se inspirado nos Corpos de Paz, o que soa quase como reconhecimento da filiação. No mesmo tom, Rodrigues contestava de maneira veemente a existência de objetivos políticos ocultos, como o intento de produzir estudantes amorfos. Ao contrário, dizia ele, o propósito era mobilizar a insatisfação dos estudantes a fim de gerar ações produtivas, fazê-los arregaçar as mangas para ajudar no desenvolvimento do país (“Não adianta ser patriota de asfalto”).<sup>48</sup>

As declarações públicas sobre a falta de motivação política não eram convincentes – a própria insistência dos militares na negação dá indício do contrário. As matérias publicadas pela imprensa mencionavam o assunto em suas reportagens, ainda que nem sempre de maneira explícita. Em conversas reservadas, os coordenadores do Rondon eram mais sinceros. Por exemplo, em encontro com o conselheiro político (*political officer*) do consulado americano no Rio, em 1972, o capitão Fonseca, responsável pela área Centro-Oeste do Projeto Rondon, conversou francamente sobre suas atividades. Ele afirmou ao diplomata que os objetivos da Operação Rondon eram essencialmente políticos, de aproximar os jovens do governo e tentar integrá-los aos valores da “Revolução”. Os resultados alcançados nas regiões assistidas seriam metas secundárias.<sup>49</sup>

O crescimento do Projeto Rondon atingiu níveis exponenciais nos primeiros anos, tanto em número de envolvidos quanto de áreas atingidas. De 29 estudantes mobilizados em julho de 1967 passou-se para trezentos em janeiro de 1968, 3.500 em 1969 e 5 mil em 1970, mas os organizadores anunciavam que a quantidade de inscritos sempre superava as vagas, sendo, em geral, cinco vezes maior. Com o aumento do número de pessoas envolvidas nas operações, tornou-se necessário usar barcos da Marinha e muitos aviões da Força Aérea

Brasileira (FAB) – dezoito deles foram utilizados na operação de janeiro de 1969, com um custo total de 500 mil cruzeiros novos. Parte do grupo que integrou essa operação (431 estudantes, segundo a DSI/MEC) zarpu do porto do Rio de Janeiro em um navio-transporte da Marinha. Na cerimônia de despedida, a banda de Fuzileiros Navais tocou marchinhas e valsas para animar os universitários e o público presente.<sup>50</sup>

Para acomodar melhor todos os interessados e facilitar a organização, o Projeto Rondon criou operações nacionais, em janeiro e fevereiro, quando estudantes das maiores instituições, em geral do Sudeste, partiam para as regiões de fronteira em áreas remotas do país. Havia também operações regionais nos meses de julho, quando as universidades realizavam ações dentro de seu próprio estado. Do ponto de partida em Rondônia, o projeto começou a atuar em outras áreas do Norte (Amazonas, Roraima, Pará), do Centro-Oeste e do Nordeste. Também foi ampliado o escopo de áreas acadêmicas envolvidas, passando da ênfase inicial em saúde humana para incluir também engenharia, agronomia, veterinária e geociências, entre outras. Em meados da década de 1970, o crescimento da empreitada levou à criação da Fundação Projeto Rondon, que chegou a ter seiscentos funcionários. Nesse momento de auge, consta que eram mobilizados cerca de 50 mil estudantes por ano.<sup>51</sup>

Em resposta às críticas sobre o caráter superficial do projeto, que levava assistencialismo episódico às populações e pouco deixava de duradouro, os coordenadores do Rondon resolveram estabelecer campi avançados das universidades nas áreas assistidas. Com a colaboração de algumas direções universitárias, começaram a ser implantados esses núcleos avançados, alguns dos quais ainda existem – ou foram transformados, posteriormente, em unidades de novas universidades. Os primeiros campi avançados foram o da UFSM em Roraima, o da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Tefé (AM) e o da UEG em Parintins (AM), cuja instalação começou em 1969, com o auxílio do Ministério do Interior. No ano de 1973 já estavam em funcionamento dezesseis campi avançados no âmbito das atividades do Projeto Rondon, número que ascendeu para 22 em 1977. Segundo reportagens da época, o sucesso da iniciativa gerou reconhecimento internacional, e alguns países (Israel, México e Argentina) estudavam a implantação de projetos semelhantes. Um detalhe curioso sobre a repercussão internacional: a Rádio Moscou divulgou críticas ao Projeto Rondon e ao seu uso político pela ditadura militar brasileira.<sup>52</sup>

A revista *Veja* representa fonte interessante para apreciar o impacto do Rondon, pois na época adotava postura jornalística de ceticismo cauteloso em relação às atividades do governo, quando não de crítica subliminar, e, por isso

mesmo, seria submetida à censura prévia. Na mesma matéria em que noticiava o impacto do projeto em outros países, a *Veja* expressou a opinião de que o empreendimento teve sucesso superior às expectativas originais, sendo bem-recebido por comunidades, empresas e instituições. Efetivamente, algumas empresas se engajaram, fazendo publicidade do Rondon e de sua participação nas atividades, como a indústria farmacêutica, que fez propaganda sobre doações de equipamentos para os integrantes das equipes, descritas como “anjos salvadores que levam amor e medicamentos em suas malas”.<sup>53</sup> Segundo reportagens, até representantes da Igreja católica, em vários aspectos hostis ao regime militar, vinham abrindo as portas de suas instalações para abrigar participantes do Rondon.<sup>54</sup>

Previsivelmente, as atividades do Projeto Rondon começaram a ser tratadas como tema afeto à segurança nacional pelos órgãos de informação. O sucesso do empreendimento era considerado estratégico para a “Revolução”, cuja imagem estava em jogo, por isso a comunidade de informações não poderia permitir que oponentes o sabotassem. Tornou-se hábito fazer o escrutínio dos nomes dos estudantes recrutados, de maneira sigilosa, para evitar a “infiltração” de militantes de esquerda nas equipes do Rondon. Era trabalho difícil, em vista da grande quantidade de estudantes envolvidos nos processos de seleção, mas, ainda assim, algumas agências de informação trataram o tema com obsessão, sempre suspeitando que os “comunistas” desejavam entrar nas atividades do projeto para miná-lo por dentro.

Alguns exemplos: em outubro de 1974, a Assessoria Especial de Segurança e Informações da USP (Aesi/USP) enviou para o SNI informe contendo a lista dos estudantes da instituição que iriam em breve para Marabá, para checagem. Em 1978, a agência congênere da Universidade Federal Rural de Pernambuco (ASI/UFRPE) enviou informação aos órgãos superiores sobre aluna selecionada para a operação regional de julho daquele ano. A jovem seria militante de esquerda e, em atitude considerada suspeita, vinha bisbilhotando a sede da ASI.<sup>55</sup> No ano de 1980, quando muitas universidades já haviam fechado suas agências de informação, a ASI da Universidade Estadual de Londrina continuava vigilante em relação às atividades do Rondon, pois acreditava na existência de orientação da UNE (então reativada) para que militantes entrassem no projeto e fizessem proselitismo de suas ideias. A ASI da mesma universidade compilou a relação de 144 estudantes da instituição que iriam em janeiro de 1981 para Mato Grosso do Sul.<sup>56</sup>

Além da infiltração esquerdista, havia também preocupação quanto à imagem pública do Projeto Rondon, com o cuidado de reprimir comportamentos

considerados desviantes entre os jovens, signos de dissolução moral da sociedade aos olhos vigilantes do aparato de repressão. Daí a consternação dos oficiais da área de informações da IV Região Militar (2ª Seção, IV RM), que, em setembro de 1975, divulgaram informe sobre o comportamento de alguns estudantes recrutados para atividades em Barreiras, na Bahia. Eles teriam frequentado cabaré e usado drogas, e uma das alunas foi vista “seminua” em lugar público.<sup>57</sup> Os autores do informe certamente esperavam punição para os “culpados” e maior rigor na seleção das próximas turmas.

Por volta de 1972, estimativas da *Veja* e dos diplomatas americanos calculavam em 30 mil o número de universitários participantes nas várias atividades do Rondon. Levando em conta que o projeto continuou ativo até 1989, é de se supor que o total de jovens tenha chegado à casa das centenas de milhares, a maior parte deles mobilizada na vigência do regime militar, quando o empenho do Estado era maior. A operação foi um sucesso em termos de mobilização de estudantes e de publicidade positiva para o governo, além de ter deixado bons projetos em certas áreas, que receberam equipamentos médicos e instalações universitárias.<sup>58</sup>

Entretanto, vale a pena questionar se o governo militar atingiu o objetivo principal de integrar os universitários aos valores patrióticos e autoritários do regime. É provável que alguns participantes do Rondon tenham voltado para casa mais conformados com a situação política, confiantes na capacidade de liderança dos militares para desenvolver o Brasil. No entanto, nem o Rondon nem outras iniciativas posteriores – por exemplo, a introdução de disciplinas “patrióticas” como EPB e EMC –, voltadas para inculcar os valores do regime militar nos universitários, impediram a manifestação de rebeldia. Em 1967, quando estava em início a Operação Rondon, os jovens foram às ruas em ruidosas manifestações, ainda mais intensas em 1968. Nesse quadro de radicalização estudantil, na visão do comando militar, o tema da reforma universitária adquiriu ares de necessidade política urgente.

### Às vésperas do terremoto, violência e reformas em ritmo acelerado

Apesar dos esforços do governo para aquietar os estudantes, fosse pela via repressiva, fosse com ações “integradoras”, a rebeldia explodiu em 1967-68. No primeiro ano, o tema principal dos movimentos era a denúncia da desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid. Desde 1966, ataques contra o imperialismo na educação já estavam na pauta das manifestações

estudantis, cujos alvos iniciais foram o Relatório Acton e o Projeto Camelot.<sup>59</sup> Mas em 1967 a Usaid tornou-se a principal bandeira dos protestos. A propósito, muitas bandeiras norte-americanas foram queimadas em várias cidades brasileiras. Atacando a influência da Usaid e aguçando o tom antiamericano das denúncias, os jovens brasileiros, à sua maneira, ecoavam também os protestos contra a intervenção no Vietnã, tema que mobilizava a atenção do mundo.

A clandestina UNE convocou para o dia 2 de junho de 1967 uma jornada de lutas contra os acordos MEC-Usaid, e milhares de estudantes responderam ao apelo indo às ruas. Ao mesmo tempo, as manifestações cobravam soluções para os problemas universitários, que naquele momento era principalmente a questão das vagas para os excedentes. Na tentativa de aplacar o descontentamento e atrair simpatia, no início de 1967 o governo Costa e Silva baixou decreto determinando que as universidades matriculassem todos os excedentes. Isso, porém, não tirou o ímpeto dos estudantes, mesmo porque os resultados foram modestos, em razão da resistência das universidades, que alegavam não possuir meios e recursos orçamentários.<sup>60</sup>

Em 1968, as manifestações estudantis se intensificaram. Com o aumento dos confrontos, a temática antiamericana foi substituída na pauta principal pela denúncia da violência repressiva, sobretudo depois da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março, no Rio de Janeiro.<sup>61</sup> Novas prisões e o aumento da violência policial alimentaram a radicalização dos estudantes, cujos líderes principais já estavam seduzidos pela ideia de luta armada contra a ditadura, embora divergissem quanto ao timing adequado ao começo das ações. O crescimento da audácia estudantil levou a episódios de ocupação de dependências universitárias para pressionar o governo ou protestar contra dirigentes universitários. Houve inúmeros casos ao longo de 1968, como os episódios na Faculdade de Filosofia da UFRGS em junho, na Universidade Federal do Pará (UFPA) em agosto, nas faculdades de Medicina e de Ciências Econômicas da UFMG, e a invasão da reitoria da USP, em junho de 1968. Nessas ocasiões, os estudantes demonstraram poder de mobilização e agressividade, o que, combinado à ocorrência de grandes passeatas e confrontos de rua, com muitas mortes provocadas pelos choques com a polícia, levou os órgãos de repressão a temer a perda do controle da situação.

A resposta violenta dos agentes do Estado gerou “desocupações” à bala de algumas faculdades, com mortes, em alguns casos, e invasões protagonizadas pelas forças policiais, supostamente em busca de lideranças subversivas. Um dos casos mais célebres de invasão policial – com auxílio de tropas do Exército – ocorreu na UnB, em 29 de agosto de 1968. Foi uma verdadeira operação de

guerra, que matou um estudante à bala e feriu muita gente, inclusive parlamentares presentes, alguns dos quais haviam se dirigido ao local na tentativa de proteger os filhos. A polícia desejava prender estudantes procurados pela Justiça Militar, e não obteve a concordância do reitor Caio Benjamin Dias. Embora a invasão da UnB tenha sido justificada pela busca de foragidos da Justiça, é provável que a intenção real fosse tumultuar o ambiente político para preparar novo Ato Institucional.<sup>62</sup> Outro caso célebre de confronto violento no segundo semestre de 1968 se deu em São Paulo, na chamada “Batalha da Maria Antônia”.

O ativismo em parte também era motivado pelas discussões sobre a reforma universitária, de que os estudantes pretendiam tomar parte. Um exemplo: no início de 1968, uma aula inaugural da professora Emília Viotti da Costa sobre o tema da reforma agradou os líderes estudantis e motivou-os a organizar vários eventos em cidades paulistas, tendo a docente da USP como convidada principal. A repercussão levou a que Emília Viotti da Costa fosse convidada para debate em canal televisivo, com a presença do titular do MEC, Tarso Dutra.<sup>63</sup> Nesse contexto, as lideranças estudantis recuperaram bandeiras da UNE anteriores a 1964, como a proposta de universidade crítica e popular, exigindo maior participação nos órgãos decisórios internos. Os jovens poderiam concordar com algumas medidas em preparação pelo governo, como a modernização da carreira docente, a extinção das cátedras e o fomento à pesquisa. No entanto, discordavam radicalmente do que entendiam ser uma filosofia tecnicista e privatista, presa aos ditames do governo americano. E rejeitavam igualmente os métodos autoritários e a tutela militar.

Os debates sobre a reforma universitária na USP, no segundo semestre de 1968, mostraram que a comunidade universitária estava dividida e o tema aguçava a radicalização dos atores envolvidos. A premência de realizar reformas levou a Universidade de São Paulo a aprovar os trabalhos da comissão criada para esse fim, que se arrastavam desde novembro de 1966. Em meados de 1968, os resultados da comissão de reforma da USP, coordenada pelo professor Roque Spencer Maciel de Barros, em forma de memorial, foram enviados pela reitoria às diversas unidades, para discussão. Em alguns lugares, principalmente na Faculdade de Filosofia, por pressão dos estudantes e professores mais jovens, e apesar da oposição da ala conservadora, foram criadas comissões paritárias para debater as reformas. A iniciativa “paritária” – ou seja, com número igual de representantes de professores e estudantes – da Faculdade de Filosofia se espalhou pela USP, e até na Unicamp alguns professores e estudantes tentaram implantar a ideia.<sup>64</sup> Na USP, houve comissões paritárias em outras unidades também, como na Faculdade de Ribeirão Preto, então dirigida pelo professor

Hélio Lourenço, que demonstrou simpatia pelas demandas estudantis. Porém, nas escolas tradicionais, como a Faculdade de Direito, a proposta dos estudantes foi derrotada. Eles reagiram ocupando o prédio em protesto, tendo o diretor Alfredo Buzaid convocado a PM para retirá-los de lá.<sup>65</sup>

As famosas “paritárias” da USP funcionaram entre agosto e outubro de 1968, e representaram uma espécie de microcosmo dos confrontos da época, em que debates sobre modernização universitária envolveram e opuseram valores socialistas, liberais e nacionalista-autoritários. A comunidade universitária se cindiu, e muitas pessoas ficaram perplexas diante das alternativas em aberto, algumas favoráveis à modernização, mas sem simpatia pela tutela militar; outras contrárias à modernização oficial, mas fiéis aos desígnios dos militares; outras preferindo recusar ambas as possibilidades, na expectativa de uma revolução popular que situasse o problema em outros termos. Alguns professores ficaram ao lado dos estudantes, ainda que se sentissem desconfortáveis em relação a certas demandas, enquanto a maioria reagiu com medo diante do aumento da influência estudantil, para muitos deles uma audácia inaceitável, que invertia as relações de poder na universidade.

De fato, em certas faculdades, os estudantes passaram a dar o tom dos debates, exigindo até influir na definição dos programas curriculares, às vezes sabotando as aulas dos professores conservadores. Nas áreas em que os docentes não se mostravam receptivos às propostas dos estudantes, estes, desafiadoramente, organizavam aulas livres. Professores que atuavam na época lembram-se do poder exercido pelos estudantes, em especial na antiga Faculdade de Filosofia da USP, em que às vezes era preciso negociar o conteúdo dos cursos com os alunos, que demandavam a politização dos programas, sobretudo com a inclusão de autores marxistas. Alguns docentes tinham facilidade para lidar com a situação, por serem mais flexíveis ou por terem visão próxima à dos estudantes, enquanto outros cediam por medo ou reagiam de modo irado.<sup>66</sup> Os últimos receberiam a posterior ocupação policial da Faculdade de Filosofia com alívio, pois ali o “poder jovem” vinha se expressando de maneira mais marcante.

O auge da força estudantil ocorreu durante a ocupação do prédio da Faculdade de Filosofia, na rua Maria Antônia, a partir de agosto de 1968, que de início as autoridades repressivas preferiram tolerar. As lideranças estudantis de esquerda decidiram-se pela ocupação para garantir suas reivindicações, inclusive em relação à paridade e à reforma universitária. Mas aquela era também uma maneira de protestar contra a violência policial e de mostrar a força do movimento estudantil. Durante algumas semanas, a faculdade e a rua viveram um clima de “Maio de 1968”, em que não faltaram algumas barricadas.<sup>67</sup> Para

os estudantes mais radicais, a ocupação significava transformar aquele espaço em território livre da ditadura, sob controle dos líderes da futura revolução do povo brasileiro. Nas aulas livres, ensinava-se de tudo, até como fazer coquetéis-molotovs para enfrentar a polícia, e os grupos organizados engajavam-se em intermináveis debates e confabulações, sobretudo em relação ao próximo congresso clandestino da UNE. Nas cercanias encontrava-se o prédio da Universidade Mackenzie, reduto de militantes da extrema direita incomodados com a vizinhança de um experimento que, a seus olhos, parecia um verdadeiro soviete de estudantes. Com o beneplácito da polícia, ansiosa para livrar-se desse “Quartier Latin” paulistano, os grupos de direita instalados no Mackenzie provocaram o confronto que explodiu no início de outubro, deixando como saldo um morto, vários feridos e alguns carros incendiados.<sup>68</sup> A polícia aproveitou-se do conflito e fechou o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, para impedir o retorno dos ocupantes e livrar-se, assim, de espinhoso problema.

Submetido a pressões por todos os lados, o Conselho Universitário da USP recebeu as propostas provenientes das diferentes comissões, paritárias ou não, com contribuições para a reestruturação da universidade. Com a ascensão de Hélio Lourenço ao cargo de vice-reitor em exercício (o titular era Gama e Silva, licenciado para ocupar o Ministério da Justiça), a administração central passou às mãos de professor favorável às reformas e receptivo a certas demandas estudantis. Nesse contexto, o Conselho Universitário aprovou o fim das cátedras e sua substituição por departamentos, assim como a participação paritária de estudantes nas assembleias departamentais, a despeito da oposição do grupo conservador.<sup>69</sup> Após o AI-5, Lourenço foi aposentado compulsoriamente e assumiu a reitoria Alfredo Buzaid, alinhado com os setores radicais do regime militar e, ao mesmo tempo, aos grupos da USP contrários a mudanças na instituição. Por isso mesmo, com a ascensão de Buzaid, os projetos visando a aumentar a participação estudantil nos órgãos colegiados foram arquivados.

Durante o ano de 1968, no Rio de Janeiro, em outra instituição influente, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, antiga FNFi, os estudantes de esquerda também se engajaram em batalha contra os acadêmicos conservadores. Entusiasmados com o clima das ruas, que parecia comprovar a força da esquerda, os líderes estudantis aumentaram a pressão sobre os professores de direita, que consideravam sustentáculos da ditadura dentro da universidade. O boicote às aulas e outros tipos de pressão levaram ao afastamento de alguns docentes conservadores, entre eles Vanda Torok, uma das lideranças da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que foi deslocada para atuar como assistente da reitoria. No caso dessa professora, que os estudantes consideravam

incompetente, estava em jogo também a disputa por uma cátedra em concorrência com o professor Evaristo de Moraes Filho, que viria a ser aposentado pelo AI-5. No mesmo contexto, o professor de filosofia e padre Weimar Penna pediu exoneração do cargo, em setembro de 1968, alegando não haver condições para continuar lecionando no IFCS, em decorrência das pressões estudantis. Os acontecimentos no IFCS foram devidamente anotados pelo aparato repressivo, que depois do AI-5 acertou as contas com professores considerados instigadores da atuação estudantil durante as mobilizações de 1968.<sup>70</sup>

A gravidade da situação estudantil e universitária em 1967 e 1968 causou consternação nos círculos do poder e entre seus aliados, cujo maior temor era que à rebeldia estudantil viessem se juntar os operários, que fizeram greves de peso em 1968, em Contagem (MG) e Osasco (SP). Na avaliação de certos líderes, se os trabalhadores resolvessem efetivamente aderir aos protestos, o risco de perda de controle da situação seria muito grande. Essa opinião foi externada, por exemplo, pelo então ministro Jarbas Passarinho, que, entretanto, pode ter sido motivado pela necessidade de justificar o AI-5.<sup>71</sup>

Com estudantes cada vez mais rebelados e líderes acadêmicos divididos quanto à política de reformas a adotar, e, para complicar mais, na falta de comando eficiente no MEC, cujo titular e respectiva assessoria pareciam incapazes de encaminhar soluções viáveis, o comando político-militar do governo resolveu interferir. Duas foram as medidas principais, que resultaram na legislação definitiva da reforma aprovada no fim de 1968: a chamada Comissão Meira Mattos, criada em dezembro de 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), instituído em julho de 1968, que serão abordados adiante. Antes, porém, vale a pena analisar a visão dos militares sobre a questão universitária e sua motivação para realizar a reforma.

É fundamental entender as razões dos militares, pois sua opinião e o poder de implantá-la fizeram toda a diferença, rompendo os impasses nos meios acadêmicos e políticos. A inoperância no MEC, ao menos em parte, se explicava pela divisão entre os professores, alguns favoráveis, outros contra a reforma. Mesmo entre os favoráveis havia gradações, o que tornava difícil chegar a um consenso. O poder militar também foi decisivo para convencer os técnicos da área econômica da necessidade de gastar mais com as instituições de pesquisa e as universidades públicas, que até 1968 vinham lutando contra a falta de recursos e fazendo constantes apelos ao governo pela liberação de verbas.<sup>72</sup> O prisma dos militares, neste como em outros assuntos, foi pautado pelo lema de segurança com desenvolvimento. Para atingir as metas de desenvolvimento, as universidades eram necessárias, no que concordavam os técnicos, para quali-

ficar mão de obra, propiciar o aproveitamento de recursos naturais, absorver novas tecnologias etc. Mas, ao contrário dos técnicos no comando da economia, os militares eram mais simpáticos a propostas de produzir tecnologia própria e diminuir a dependência externa, bem como mais propensos a gastar recursos públicos a fim de desenvolver áreas estratégicas do ponto de vista da segurança nacional, como nuclear, aeronáutica, de telecomunicações, bélica etc.

Em conferência realizada para visitantes americanos na ESG, em 1969, o general Meira Mattos, recém-nomeado para o comando da Academia Militar das Agulhas Negras, resumiu a visão dos militares sobre desenvolvimento com segurança e o papel da educação. O lugar ocupado pelas universidades no pensamento da elite militar pode ser apreendido desse discurso. Segundo ele, a segurança e a integridade nacionais tornavam necessário desenvolver o país em ritmo acelerado, para ocupar o território e aplacar as desigualdades e os problemas sociais. E, para alcançar as metas de desenvolvimento, fazia-se urgente aumentar investimentos em ciência e tecnologia, o que implicava também modernização universitária. Meira Mattos afirmou a importância da reforma educacional para alcançar o salto científico e tecnológico desejado, condição para o desenvolvimento e a autonomia do país, ao diminuir a distância tecnológica em relação aos países desenvolvidos.<sup>73</sup>

Os atentos diplomatas dos Estados Unidos entenderam o recado: os militares desejavam desenvolvimento autossustentado com menor dependência de tecnologia importada. Significativamente, nesse quadro, começaram a aumentar as desconfianças em relação aos Estados Unidos, e os funcionários americanos passaram a reclamar com a matriz, alegando que ficava difícil o acesso a informações do núcleo de poder, agora mais arredo. Nos anos iniciais, sobretudo no período de Castello Branco, os americanos encontravam portas abertas, tinham facilidade para estabelecer contatos e obter informações privilegiadas. Nos governos seguintes, sobretudo a partir do de Emílio Garrastazu Médici, as coisas mudaram.<sup>74</sup>

Para além de seu papel nos planos de desenvolvimento, as universidades tornaram-se áreas sensíveis para a “segurança nacional” por outra razão. Elas eram foco importante de atuação dos inimigos ideológicos, pois ali circulavam ideias marxistas e radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de “contestação”. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes (drogas, sexo) inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo, pelo “desfibramento” da juventude. Para completar o quadro, na fase aguda da luta armada, os grupos guerrilheiros

eram recrutados principalmente entre universitários, e das universidades saíram as principais manifestações de rua em 1967-68. A inteligência militar tinha convicção de que os comunistas concentravam esforços para infiltrar militantes nas faculdades mais influentes, em especial naquelas responsáveis pela formação de professores, para disseminar melhor suas ideias. Por todas essas razões, as universidades significavam um *desafio político* para o comando militar. Encontrar as estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo.

Dessa maneira, os projetos de reforma universitária passaram a ser encorajados por alguns líderes militares como maneira de aplacar o desafio à “segurança nacional”. Modernizando as instituições, criando condições de trabalho adequadas e perspectivas de carreira, abrindo mais vagas para aliviar o descontentamento dos excedentes, talvez assim eles ganhassem alguns pontos no front político.<sup>75</sup> Uma conversa com Golbery do Couto e Silva registrada por diplomatas americanos confirma essa hipótese. Como se sabe, Golbery foi um dos mais influentes líderes do período, considerado por muitos o principal formulador de políticas e estratégias do regime militar. A reunião se passou nas dependências do SNI, em Brasília, em agosto de 1966, com a presença de dois americanos – o segundo secretário da embaixada e o vice-diretor do Birô de Inteligência do Departamento de Estado.

Na amena conversa – quase um monólogo, segundo o registro norte-americano – foram abordados vários assuntos, com destaque para o desafio estudantil, que Golbery descreveu como o pior fracasso do governo. Em sua visão, o problema maior era que as universidades não absorviam as energias dos jovens, pois as atividades acadêmicas eram precárias, com professores pouco presentes. Por isso, era necessário dar aos professores regime integral, a fim de que permanecessem nas universidades e atraíssem estudantes para seu trabalho, mantendo-os ocupados nos laboratórios e demais atividades. Golbery disse que isso estava em estudos e já em implantação na Universidade Federal do Ceará (UFC), mas havia resistência entre alguns professores influentes. Arrematou a conversa falando que a reorientação das universidades seria uma batalha longa, que demandaria continuidade das políticas “revolucionárias”.<sup>76</sup>

A hipótese de que a reforma nas universidades tinha por objetivo cooptar os intelectuais e acalmar os estudantes já circula há alguns anos, assim como histórias sobre os planos de confinar a comunidade universitária em campi isolados para afastá-los dos espaços públicos. O diálogo citado configura uma rara evidência a confirmar tais versões, ainda que algumas hipóteses apresentem

argumentos simplistas, como a de que o investimento nas cidades universitárias visava apenas a atrair a mobilização política.

Há outros indícios de que a decisão de acelerar as mudanças estruturais no ensino superior teve motivação política, sob “o calor” das manifestações estudantis nas ruas. Uma das fontes para se captar isso é a imprensa simpática ao governo, sobretudo *O Globo*, cujos editoriais, no período entre abril e junho de 1968, abordaram com frequência o tema da rebeldia estudantil. De acordo com o periódico, os protestos de rua provocavam grave instabilidade política e enfraqueciam o governo, o que tornava a reforma universitária problema urgente, a demandar mais energia. O comando do Estado foi estimulado a abandonar a indecisão e a empreender logo a reforma, mesmo que tivesse de desagradar parte da elite acadêmica.<sup>77</sup>

Assim, paradoxalmente, as reformas saíram do papel graças à ação de duas forças oponentes, com objetivos conflitantes: militares e estudantes. Em carta escrita no fim de dezembro de 1968, pouco após o AI-5 e a aprovação da lei da reforma universitária, o general Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou: “Só muito a curto prazo e, em parte por pressão nossa e em parte pela pressão dos estudantes, foi possível levar à frente a reforma universitária. A inoperância e a omissão do ministro (Tarso Dutra) quase levam o país a difícil situação.”<sup>78</sup> Poucos dias antes dessa manifestação de Muricy, o próprio presidente fez referência ao tema das reformas em discurso proferido como paraninfo de formandos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na fala dirigida aos universitários, Costa e Silva estabeleceu conexão clara entre as reformas e a situação política:

Enquanto o governo ataca as mazelas com o Programa Estratégico de Desenvolvimento e os estudantes, na sua maioria, bradam por melhor qualidade de ensino, os contestadores preferem a violência e o confronto. Respondemos com a reforma universitária, mas reafirmo que ao desafio corresponderemos, pois não pararemos a marcha da Revolução de 1964.<sup>79</sup>

Do lado governamental, além dos militares, foram agentes importantes do processo de reforma os técnicos da área econômica, principalmente aqueles ligados à Secretaria de Planejamento (Seplan). Para esse grupo, a reestruturação das universidades importava menos pela produção de novas tecnologias e mais pela formação de recursos humanos para viabilizar a modernização tanto das instituições privadas quanto do aparelho do Estado. De modo significativo, em 1968 a Seplan criou um Centro Nacional de Recursos Humanos para planejar

a melhor formação de técnicos para os órgãos governamentais – e o próprio MEC veio a se beneficiar dessa política. A influência dos técnicos da área econômica nas questões educacionais deveu-se também a diagnósticos e estudos realizados por funcionários da Seplan, principalmente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), material que foi usado para planejar investimentos nas universidades e instituições de pesquisa.<sup>80</sup> Além disso, o papel estratégico da Seplan pode ser atribuído ao fato de ela controlar as principais fontes de investimento em pesquisa e infraestrutura científica. Tanto a Finep quanto o CNPq e o FNDCT passariam a ser subordinados ao titular do Planejamento, o que o tornava figura decisiva para qualquer iniciativa na área das universidades, e, em certos momentos, mais influente que o ministro da Educação.

A propósito, segundo as memórias de João Paulo dos Reis Velloso, que presidiu o Ipea até 1969 e assumiu a Seplan no mesmo ano,<sup>81</sup> partiu dele e do ministro Mario Andreazza a sugestão de criar o GTRU. Sob o impacto das passeatas estudantis nas grandes cidades, principalmente o da Passeata dos 100 mil (em 26 de junho de 1968), Velloso e Andreazza teriam sugerido criar o grupo de trabalho para resolver de vez o problema da reforma universitária, que as autoridades educacionais pareciam incapazes de enfrentar. Segundo Velloso, a intenção era criar mecanismos para melhorar as relações com os estudantes.<sup>82</sup> No relato dele, fica evidente que o ministro da Educação, Tarso Dutra, concordou, mas foi levado a reboque na iniciativa.

Antes do GTRU, contudo, houve outra tentativa do governo para equacionar o problema universitário: em dezembro de 1967 foi instituída a “Comissão Especial para propor medidas relacionadas aos problemas estudantis”, dirigida pelo então coronel Carlos Meira Mattos. Costa e Silva demonstrava, assim, falta de confiança no MEC, ao nomear uma comissão presidida por militar para discutir assunto afeto ao ministério. Meira Mattos era oficial prestigiado no comando “revolucionário” por ter se saído bem em outras missões espinhosas, além de ter experiência docente em instituições militares. Por isso, contavam com sua eficiência para dar solução ao “abacaxi” universitário.<sup>83</sup> Após três meses (janeiro a abril de 1968) de trabalho, a comissão entregou um relatório que continha análise da situação universitária e uma série de sugestões. Fiel ao “espírito militar” dominante, o texto combinava sugestões modernizadoras (melhorar salários para professores, reestruturar a carreira docente) e autoritárias, à medida que criticava a liberdade de cátedra e defendia controle mais rígido sobre os dirigentes universitários, considerados corresponsáveis pela agitação estudantil, ao permitirem a “falência da autoridade” nas faculdades.

Mas o trabalho do diligente militar, ainda que tenha causado repercussão na época, inclusive porque evidenciava a intervenção castrense nos assuntos universitários, teve pouco efeito prático. Suas sugestões de reforma nada tinham de novo, e as propostas autoritárias e as críticas agudas a reitores e diretores causaram incômodo nos meios educacionais. A verdadeira matriz da lei definitiva de reforma universitária foi o já mencionado GTRU, criado em julho de 1968, depois das grandes passeatas do meio do ano. Ainda permanecia na berlinda o MEC, apesar da participação simbólica de Tarso Dutra como presidente do GTRU, mas, ao contrário da Comissão Meira Mattos, desta feita foram incluídos professores com efetivo conhecimento dos debates sobre reforma universitária. De fato, o GTRU foi criado com composição e propósitos mais amplos que a comissão dirigida por Meira Mattos. No título do decreto já estava explícito tratar-se de “grupo de trabalho para promover a reforma universitária”,<sup>84</sup> enquanto a comissão fora montada para “propor medidas relacionadas aos problemas estudantis”.

Na composição do GTRU entraram professores que se dedicavam há anos ao tema da reforma universitária, como Newton Sucupira e Valnir Chagas, membros do CFE, Roque Spencer Maciel de Barros, figura de proa nas discussões sobre a reforma da USP, e o dirigente da PUC-RJ, padre Fernando Bastos D’Ávila. Também integraram o grupo técnicos da área econômica, em particular o influente Reis Velloso, pela Seplan, e mais um representante do Ministério da Fazenda. De certo modo, o trabalho do grupo significou uma tentativa de síntese entre a perspectiva da liderança acadêmica, com visão mais humanista e idealista da educação – e preocupada em manter os vínculos com o Estado –, e a perspectiva dos técnicos, marcada por racionalidade orientada para a eficiência e as necessidades da economia. A presença dos técnicos foi importante para garantir os recursos públicos necessários à implantação da reforma, sobretudo por meio da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que iria custear a implantação da nova carreira docente e o pagamento do regime de trabalho integral.

Parte do sucesso do GTRU em estabelecer projeto de reforma politicamente viável deveu-se a essa conciliação, que atendia às prioridades dos planejadores do governo e, ao mesmo tempo, utilizava linguagem e argumentos aceitáveis nos meios universitários. O prazo surpreendentemente curto entre a criação do grupo de trabalho (julho) e a aprovação da Lei n.5.540 (28 de novembro de 1968), menos de cinco meses, revela que o conteúdo do projeto representava virtual consenso entre os atores envolvidos. O fato de o governo ter dado voz ativa aos membros do CFE, figuras respeitadas nos meios universitários, fez

toda a diferença e facilitou a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, que o aprovou em tempo recorde.

Os parlamentares vinham acompanhando de perto a ebulição nas universidades, em particular entre os estudantes, e, para analisar o assunto, criaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que funcionou entre 1967 e 1968. Quando o governo enviou o projeto de lei ao Congresso, em outubro, os parlamentares já estavam engajados no assunto e deram-lhe a devida prioridade. Parte da motivação para agilizar a tramitação vinha da própria situação estudantil, que gerava ansiedade e boatos sobre outros golpes, e a nova legislação era considerada uma resposta ao problema. Por outro lado, no mesmo período, a atenção dos parlamentares estava voltada para a crise motivada pelo pedido do governo de suspensão das imunidades do deputado Márcio Moreira Alves, cuja reprovação pelo Congresso ofereceu a justificativa para a implantação do AI-5.

Há bons trabalhos sobre a elaboração e o debate em torno da Lei n.5.540,<sup>85</sup> e não cabe aqui entrar em detalhes a respeito dela. O importante a destacar é que a lei representou o ponto de culminância de várias iniciativas para a reforma das universidades. Ela sintetizou normas anteriores, como as Leis n.53 e n.252, que criaram departamentos e previram a formação de institutos de pesquisa a partir das antigas faculdades, porém foi além, em texto longo e detalhado. Uma das principais inovações foi finalmente extinguir as cátedras, pondo fim a um debate que se acumulava há anos e dividia até os que eram favoráveis a reformas. A extinção das cátedras era essencial para a implantação do novo modelo, estruturado com base em departamentos e prevendo carreira docente mais aberta e produtiva. Prevvia-se também o fortalecimento das instituições centrais das universidades, cujos órgãos teriam maior controle sobre as faculdades, bem como aumento das verbas das reitorias, ponto-chave para consolidar seu poder diante de diretores outrora autossuficientes. Os reitores passariam a ser escolhidos a partir de listas sêxtuplas, e não mais tríplexes, o que aumentava as chances do governo de nomear pessoas de sua confiança, e a representação estudantil seria fixada em  $\frac{1}{5}$ , estendida a todos os órgãos colegiados. Outro aspecto importante foi a unificação dos vestibulares, que deixariam de ser exames e passariam a ser concursos classificatórios, como forma de resolver de vez o problema dos excedentes. O GTRU, porém, sugeria também o aumento das vagas discentes.

Para melhorar a carreira docente, o relatório do GTRU propôs o estabelecimento de regime de trabalho em tempo integral, com meta inicial de 3 mil professores, priorizando áreas estratégicas. A lei incluía entre as atividades principais das universidades a pós-graduação, concebida como um dos instru-

mentos para fomentar a pesquisa, tema que nos anos seguintes receberia maior atenção do governo. Nos dispositivos legais incluíam-se os ciclos básicos de ensino, planejados para oferecer aos alunos formação mais ampla nos períodos iniciais, antes da opção profissional nos semestres finais. Os cursos seriam divididos em primeiro ciclo, ou ciclo básico, com disciplinas comuns aos estudantes da mesma área, e segundo ciclo, ou profissional, em que o estudante cursaria as disciplinas de sua área específica.

A recepção da Lei n.5.540 foi ambígua nos meios universitários, pois mesmo críticos ferrenhos ao governo não conseguiram esconder sua concordância com alguns pontos, como o vestibular unificado, o tempo integral, a criação dos departamentos, o fim das cátedras etc.<sup>86</sup> Até líderes estudantis reagiram com certa perplexidade, pois a odiada ditadura adotava medidas de interesse da comunidade universitária, que as reivindicava havia anos. Do ponto de vista da esquerda, os pontos mais criticáveis eram o “economicismo” e o “tecnicismo” que fundamentavam certas medidas, assim como o risco de privatização embutido na possibilidade de adoção do regime jurídico de fundação. De fato, os membros do GTRU tentaram acomodar a pressão da opinião liberal, que defendia cobrança de mensalidades e a possibilidade de as próprias universidades captarem recursos para desonerar a União. No texto do relatório falava-se explicitamente na possibilidade de cobrar dos estudantes de renda alta, mas o tema não foi incluído no texto do projeto de lei, por medo da repercussão política. Na lei efetivamente aprovada, o que incomodava a esquerda era a possibilidade de as universidades públicas serem organizadas como fundações, algo encarado como porta aberta à privatização, ainda que se tratasse de fundações de direito público. De qualquer modo, os temores da esquerda não se concretizaram, porque a cobrança de mensalidades regulares jamais se efetivou. Curiosamente, a medida foi vetada pelos militares da área de segurança, que temiam fornecer à liderança estudantil radical poderosa bandeira de mobilização.<sup>87</sup> Essa foi uma vitória do movimento estudantil e uma significativa manifestação do temor que ele inspirava nos militares.

Ambiguidades se manifestaram também entre os apoiadores do regime militar nos meios universitários, parte dos quais não aprovava os fundamentos da reforma, sobretudo o fim das cátedras e a perda de poder das faculdades tradicionais. Eles encontraram-se na estranha situação de ver o seu governo, o mesmo que vinha martelando os inimigos esquerdistas, tomar medidas contrárias à manutenção do statu quo nas universidades. Entretanto, é um equívoco supor que os militares tenham se apoiado apenas nas pessoas contrárias à reforma. Muitos de seus partidários no meio docente eram favoráveis às reformas

e trabalharam por elas. Além disso, em certos casos, a iniciativa reformista levou professores não entusiastas do poder militar a se aproximar do governo, em nome de interesses públicos maiores – o país ou o sistema universitário, a depender da perspectiva. O fato de as mudanças terem sido realizadas por regime autoritário às vezes causava incômodo e constrangimento, mas houve quem aceitasse a situação com pragmatismo, entendendo que o poder militar foi um instrumento para quebrar as resistências às reformas. Nas universidades, os professores favoráveis à modernização viveram o dilema de tolerar ou acomodar-se com o regime militar, tendo em vista o sucesso do projeto reformista. Dessa maneira, o intento político de promover as mudanças para reduzir a oposição ao governo nos meios acadêmicos logrou algum sucesso.

A Lei n.5.540, portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos. Combinando em graus diversos negociação, cooptação e imposição à força, o comando militar apostou em medidas modernizadoras necessárias a seu projeto econômico e úteis para reduzir a oposição nos meios universitários. Os estudantes foram o grupo com menor acesso às instâncias decisórias, e sua proposta de universidade popular e crítica certamente foi derrotada. Não obstante, de maneira paradoxal, o movimento estudantil teve influência apreciável no processo, exercendo uma espécie de “poder de veto” implícito. Assim, por temor dos protestos, parte dos acordos com a Usaid foi bloqueada, assim como a cobrança de mensalidades. Sobretudo, a pressão estudantil serviu de estímulo político para que a arrastada discussão sobre reformas no ensino superior saísse dos planos e se tornasse realidade.

Nesse contexto, a opinião nacionalista de esquerda convergiu, parcialmente, com o sentimento de camadas militares de direita, também preocupadas em defender os recursos nacionais e inclinadas a aceitar o papel importante do Estado nas atividades econômicas. A decisão de reformar as universidades estava conectada ao plano de fomentar a pesquisa científica e tecnológica, tudo isso implicando maiores gastos públicos, em um quadro de retomada da perspectiva desenvolvimentista. Pode-se mesmo falar que houve aliança tácita entre militares e pesquisadores, sob a égide da sensibilidade nacionalista.<sup>88</sup>

Entretanto, a perspectiva modernizadora dos militares e de alguns de seus aliados tinha viés inexoravelmente autoritário e repressor, por vezes influenciado por matizes conservadores. Tais paradoxos eclodiram de maneira aguda

com a edição do AI-5. O ato de força promulgado em dezembro de 1968 abriu nova onda repressiva, responsável por ceifar quadros importantes para o sucesso da modernização. Porém, ao mesmo tempo, ele ofereceu recursos de poder capazes de erradicar os obstáculos à reforma. Modernização e repressão, ao mesmo tempo. Forças que se alavancavam mutuamente, mas que também impunham-se limites. Teorema complicado, que iremos retomar.